



# COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

*Demonstrações Financeiras Individuais  
e Consolidadas Referentes ao Exercício  
Findo em 31 de Dezembro de 2019 e  
Relatório do Auditor Independente*



# Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia” ou “CBD”), diretamente ou por meio de suas subsidiárias (“Grupo” ou “GPA”), atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônico e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Super”/ “Mercado Extra”, “Minimercado Extra”, “Assaí” e shoppings de vizinhança “Conviva”. Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Em 27 de novembro de 2019 a Companhia adquiriu do Casino o controle da Almacenes Éxito S.A. (“Éxito”), empresa colombiana operando neste país sob as bandeiras de supermercados e hipermercados Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai tendo Disco e Devoto. Adicionalmente, o Éxito opera na Colômbia shopping centers sob a marca Viva. As operações de Éxito e suas subsidiárias serão consideradas como um segmento operacional Grupo Éxito na nota nº31. Maiores detalhes da aquisição podem ser verificados na nota nº13 destas demonstrações financeiras.

Os investimentos da Companhia nas atividades varejistas nos segmentos de eletroeletrônicos e e-commerce relacionadas a Via Varejo S.A. estavam apresentados como operações descontinuadas e foram alienados no mês de junho de 2019 (vide nota nº12.3), e representavam as lojas sob as bandeiras “Ponto Frio” e “Casas Bahia”, além das plataformas de “e-commerce” “Casasbahia.com”, “Pontofrio.com” e “Barateiro.com”.

As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 – Brasil, Bolsa, Balcão), sob o código “PCAR4”, e na Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível III), sob o código “CBD”.

A Companhia é controlada, através da Wilkes Participações S.A. (“Wilkes”), tendo como controlador final o Casino Guichard Perrachon (“Casino”), companhia francesa com ações negociadas na Bolsa de Paris.

### 1.1 Alegações de supostas irregularidades Via Varejo S.A. (“Via Varejo”)

A atual administração da Via Varejo, empresa controlada pelo GPA até junho de 2019, ocasião em que foi integralmente vendida em leilão realizado na bolsa de valores, comunicou em 13 de novembro de 2019 que teriam sido levadas ao seu conhecimento, em fins de setembro e início de outubro de 2019, denúncias anônimas que tratavam de supostas irregularidades quanto às demonstrações financeiras daquela companhia, o que teria levado a administração a iniciar investigações privadas, cuja primeira fase dos trabalhos não havia constatado nenhuma irregularidade, todavia, os trabalhos investigativos prosseguiram. Posteriormente, em 12 de dezembro de 2019, por meio de Fato Relevante, a Via Varejo comunicou que a investigação preliminar havia constatado supostos indícios de irregularidades contábeis, que, eventualmente, poderiam recair em períodos sobre os quais a Companhia era controladora da Via Varejo. Todavia, em 26 de março de 2020, a Via Varejo divulgou novo Fato Relevante informando a conclusão das investigações e que seus efeitos indicaram a necessidade de ajustes nas suas demonstrações financeiras do 4º trimestre de 2019, no montante aproximado de R\$1,169 bilhões a débito na demonstração do resultado do exercício de 2019, os quais se referem a erros e mudanças de estimativas promovidas a critério da atual administração no intuito de refletir de maneira mais precisa os riscos aos quais a VV está atualmente sujeita, ou seja, situações que denotam decisões tomadas pela atual administração da Via Varejo, após a alienação das ações da companhia realizadas pela Companhia Brasileira de Distribuição, em leilão da B3 realizado em 14 de junho de 2019.

Também indicou que R\$ 20,8 milhões remanescentes se referem aos efeitos de alegadas fraudes identificadas ao longo da dita investigação (R\$ 13,7 líquidos do imposto de renda), representando 0,7% do patrimônio líquido da VV em 31 de dezembro de 2018, sem precisar a qual período as alegadas fraudes se referiam.

# Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia Brasileira de Distribuição, na mesma data, divulgou Comunicado ao Mercado reafirmando que não acompanhou e tampouco teve acesso aos resultados das investigações privadas efetuadas, bem como que solicitou acesso a toda documentação suporte da mesma para efetuar sua avaliação e tomar as providências cabíveis, tendo reafirmado os termos do Comunicado ao Mercado de 12 de dezembro de 2019, no sentido de que ao tempo em que era a controladora da Via Varejo foram estritamente observadas todas as normas e regras contábeis aplicáveis, tendo sido observadas as melhores práticas de governança, bem como que as demonstrações financeiras daquela companhia foram consistentemente aprovadas, sem quaisquer ressalvas, por todos os seus órgãos de controle, fiscalização e aprovação, dentre eles, o Comitê Financeiro, o Comitê de Auditoria (após a sua instalação), o Conselho Fiscal Permanente e o Conselho de Administração. Referidos órgãos sempre contaram, inclusive, com representação significativa de pessoas indicadas e eleitas pelo atual maior grupo de acionistas da Via Varejo. Também foram consistentemente auditadas, sem quaisquer ressalvas, pelos auditores independentes da referida empresa e que nunca chegou ao conhecimento do GPA ou dos membros da administração e dos órgãos de governança, fiscalização e controle da VV indicados pelo GPA, qualquer fato que pudesse gerar qualquer suspeita ou trazer qualquer indício de possíveis irregularidades na contabilidade da VV.

Em conclusão, não foi necessário registrar qualquer efeito resultante das investigações nas demonstrações financeiras da Companhia

## 1.2 Listagem da Companhia no Novo Mercado

Em 30 de dezembro de 2019, foi aprovada pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária a admissão da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada uma ação preferencial. Em 14 de fevereiro de 2020, a B3 aprovou a admissão do GPA no segmento especial de listagem Novo Mercado. Em 2 de março foi concluído o processo de conversão das ações preferencias em ações ordinárias e o GPA passou a negociar no Novo Mercado.

## 2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais – R\$. A moeda funcional da Companhia é o real – R\$. A moeda funcional das associadas e controladas localizadas no exterior é a moeda local de cada jurisdição onde estas subsidiárias operam.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 como originalmente emitidas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2020 e reapresentadas em 27 de março de 2020 refletindo a conclusão da investigação de supostas irregularidades na Via Varejo descrita na nota nº 1.1. Estas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 reapresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de outubro de 2020 e refletem a conclusão do processo de alocação do preço de compra da aquisição do Éxito descrito na nota nº 13, conforme requerido pelo CPC 15 / IFRS 3, além de alguns ajustes identificados pela Administração nas subsidiárias Sendas e Éxito (vide nota nº 4.6)



# Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia concluiu o processo de venda da subsidiária Via Varejo S.A (vide nota nº 12.3), e manteve até 14 de junho de 2019 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado e da demonstração do valor adicionado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 divulgadas considerando os efeitos de tal transação em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 31 / IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e Operação Descontinuada.

As demonstrações dos fluxos de caixa incluem as operações continuadas e descontinuadas em linha com o pronunciamento técnico CPC31/ IFRS 5.

## 3. Principais políticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

### 3.1 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data em que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

### 3.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente, calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Ativos e passivos de curto prazo não são ajustados a valor presente.

### 3.3 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como “não circulantes”.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o correspondente pronunciamento contábil.

### 3.4 Conversão de subsidiárias e associadas localizadas em outros países

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade determina sua moeda funcional e todas suas transações financeiras são mensuradas naquela moeda.

As demonstrações financeiras das subsidiárias localizadas em outros países que usam uma moeda funcional diferente da controladora são traduzidas para reais, na data do balanço, de acordo com o seguinte critério:

- Ativos e passivos, incluindo ágio e ajustes de valor de mercado, são traduzidos em reais à taxa de câmbio da data do balanço.

# Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Demonstração do resultado e demonstração dos fluxos de caixa são traduzidas em reais utilizando a taxa média, exceto se variações significativas ocorrerem, quando então é utilizada a taxa da data da transação.
- Contas de patrimônio líquido são mantidas ao saldo histórico em reais e a variação é registrada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial como outros resultados abrangentes.

As diferenças de variações cambiais são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido. Quando uma operação estrangeira é vendida, o valor acumulado de ajuste de variação cambial no patrimônio líquido é lançado para o resultado do exercício.

Efeitos da conversão do investimento em uma operação estrangeira são reconhecidos em componentes separados do patrimônio líquido e reclassificados ao resultado do exercício quando da baixa do investimento.

## 3.5 Hiperinflação

A controladora e suas subsidiárias estão sediadas em países cujas economias não são hiperinflacionárias, com exceção da economia da Argentina. Em 31 de dezembro de 2019 a taxa de inflação acumulada durante os últimos três anos, calculada utilizando diferentes combinações de Índices de Preços ao Consumidor da Argentina, tem superado 100%. O GPA possui participação indireta no Libertad, sediado na Argentina, através da sua subsidiária Éxito, adquirida em 27 de novembro de 2019 (vide nota nº 13).

As controladas localizadas na Argentina apresentam suas demonstrações financeiras ajustadas pela inflação conforme CPC 42/ IAS 29 - Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária baseadas na abordagem de custo corrente.

## 3.6 Contabilização de participações societárias a custo decorrente de reestruturações societárias e efetuadas com partes relacionadas

A Companhia contabiliza a custo histórico as participações decorrentes de reestruturações societárias adquiridas de partes relacionadas sem essência econômica. A diferença entre o saldo do custo e o valor adquirido é registrada no patrimônio líquido, quando a transação é feita entre empresas sobre o controle comum. As transações não se qualificam como combinação de negócio nos termos do CPC 15R/IFRS 3R.

## 3.7 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas subsidiárias, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

# Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas vigentes a partir de 2019

### 4.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2019, o GPA aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2019. As principais alterações da Companhia são:

Pronunciamento	Descrição	Impacto
IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo o IAS 17 / CPC 06 (R1). A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo.	Vide nota nº 4.2 e 4.3.
IFRIC 23/ ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro	Clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - <i>Income Taxes</i> – CPC 32 – Impostos sobre o lucro.	Não houve impacto significativo.

### 4.2 CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1) / IAS 17.

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva completa como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com efeitos desde o início do primeiro período praticável e consequentemente, os períodos comparativos estão sendo reapresentados.

### 4.3 Apresentação dos efeitos retrospectivos do CPC 06 (R2) / IFRS 16

Como resultado da abordagem retrospectiva completa, os períodos comparativos estão sendo reapresentados. A Companhia considerou os efeitos da aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS16 no tocante ao uso da taxa incremental nominal, à inclusão dos impostos incidentes sobre os pagamentos de arrendamento e ao prazo de benfeitorias em imóveis de terceiros em que foram consideradas as benfeitorias significativas individualmente por contrato sobre a decisão de extensão do prazo contratual razoavelmente certo.

Caso o Grupo tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 5,7%. O prazo médio dos contratos considerados é de 13,4 anos. Para as subsidiárias internacionais a taxa incremental nominal média é de 7,5%, com 3,5% de inflação embutida. O prazo médio dos contratos considerados é de 9,2 anos.

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Balanco Patrimonial

	Controladora		
	01.01.2018		
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS16	Reapresentado
Ativos mantidos para venda	2.009	(61)	1.948
Total do ativo circulante	9.079	(61)	9.018
Imposto de renda e contribuição social diferidos	112	130	242
Investimento em controladas e associadas	3.345	(95)	3.250
Imobilizado	6.286	3.316	9.602
Intangíveis	1.193	(46)	1.147
Total do ativo não circulante	13.784	3.305	17.089
Total do ativo	22.863	3.244	26.107
Empréstimos e financiamentos	1.223	(46)	1.177
Passivo de arrendamento	-	386	386
Outros passivos circulantes	291	(108)	183
Total do passivo circulante	8.162	232	8.394
Empréstimos e financiamentos	2.876	(135)	2.741
Passivo de arrendamento	-	3.945	3.945
Provisão para perdas de investimento em associadas	195	6	201
Total do passivo não circulante	4.513	3.816	8.329
Total do passivo	12.675	4.048	16.723
Total do patrimônio líquido	10.188	(804)	9.384
Total do passivo e patrimônio líquido	22.863	3.244	26.107

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Balanço Patrimonial

	Consolidado		
	01.01.2018		
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS16	Reapresentado
Outros ativos circulantes	146	(15)	131
Ativos mantidos para venda	22.775	3.971	26.746
Total do ativo circulante	33.016	3.956	36.972
Imposto de renda e contribuição social diferidos	125	127	252
Despesas antecipadas	43	(36)	7
Imobilizado	9.138	4.154	13.292
Intangíveis	1.924	(46)	1.878
Total do ativo não circulante	14.691	4.199	18.890
Total do ativo	47.707	8.155	55.862
Empréstimos e financiamentos	1.251	(51)	1.200
Passivo de arrendamento	-	445	445
Outros passivos circulantes	341	(114)	227
Passivos sobre ativos mantidos para venda	17.824	4.123	21.947
Total do passivo circulante	28.992	4.403	33.395
Empréstimos e financiamentos	3.337	(144)	3.193
Passivo de arrendamento	-	4.822	4.822
Provisão para perdas de investimento em associadas	195	6	201
Imposto de renda e contribuição social diferidos	394	(47)	347
Total do passivo não circulante	5.674	4.637	10.311
Total do passivo	34.666	9.040	43.706
Total do patrimônio líquido	13.041	(885)	12.156
Total do passivo e patrimônio líquido	47.707	8.155	55.862



## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Balanço Patrimonial

	Controladora		
	31.12.2018		
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS16	Reapresentado
Ativos mantidos para venda	2.014	50	2.064
Total do ativo circulante	9.554	50	9.604
Imposto de renda e contribuição social diferidos	172	94	266
Investimento em controladas e associadas	4.536	(118)	4.418
Imobilizado	5.864	3.400	9.264
Intangíveis	1.674	142	1.816
Total do ativo não circulante	15.228	3.518	18.746
Total do ativo	24.782	3.568	28.350
Empréstimos e financiamentos	1.336	(30)	1.306
Passivo de arrendamento	-	431	431
Outros passivos circulantes	353	(122)	231
Total do passivo circulante	8.523	279	8.802
Empréstimos e financiamentos	3.403	(113)	3.290
Passivo de arrendamento	-	4.239	4.239
Provisão para perdas de investimento em associadas	267	12	279
Total do passivo não circulante	5.176	4.138	9.314
Total do passivo	13.699	4.417	18.116
Total do patrimônio líquido	11.083	(849)	10.234
Total do passivo e patrimônio líquido	24.782	3.568	28.350

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Balanço Patrimonial

	Consolidado		
	31.12.2018		
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS16	Reapresentado
Outros ativos circulantes	175	(30)	145
Ativos mantidos para venda	24.443	4.575	29.018
Total do ativo circulante	36.304	4.545	40.849
Imposto de renda e contribuição social diferidos	207	91	298
Despesas antecipadas	59	(42)	17
Imobilizado	9.650	4.402	14.052
Intangíveis	2.675	143	2.818
Total do ativo não circulante	16.545	4.594	21.139
Total do ativo	52.849	9.139	61.988
Empréstimos e financiamentos	2.016	(35)	1.981
Passivo de arrendamento	-	507	507
Outros passivos circulantes	423	(134)	289
Passivos sobre ativos mantidos para venda	19.412	4.464	23.876
Total do passivo circulante	32.785	4.802	37.587
Empréstimos e financiamentos	3.509	(117)	3.392
Passivo de arrendamento	-	5.280	5.280
Provisão para perdas de investimento em associadas	267	12	279
Imposto de renda e contribuição social diferidos	581	(58)	523
Total do passivo não circulante	6.125	5.117	11.242
Total do passivo	38.910	9.919	48.829
Total do patrimônio líquido	13.939	(780)	13.159
Total do passivo e patrimônio líquido	52.849	9.139	61.988

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Demonstração do Resultado

	Controladora		
	31.12.2018		
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS16	Reapresentado
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(18.854)	59	(18.795)
<b>Lucro bruto</b>	<b>7.343</b>	<b>59</b>	<b>7.402</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Despesas com vendas	(5.213)	595	(4.618)
Gerais e administrativas	(765)	5	(760)
Depreciação e amortização	(604)	(284)	(888)
Resultado de equivalência patrimonial	1.063	86	1.149
Outras despesas operacionais, líquidas	(185)	9	(176)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>1.639</b>	<b>470</b>	<b>2.109</b>
Resultado financeiro líquido	(443)	(478)	(921)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>1.196</b>	<b>(8)</b>	<b>1.188</b>
Imposto de renda e contribuição social	26	23	49
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>1.222</b>	<b>15</b>	<b>1.237</b>
Resultado líquido de operações descontinuadas	(29)	(59)	(88)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>1.193</b>	<b>(44)</b>	<b>1.149</b>
Atribuível:			
Acionistas controladores da Companhia - Operações Continuadas	1.222	15	1.237
Acionistas controladores da Companhia - Operações Descontinuadas	(29)	(59)	(88)
<b>Total acionistas controladores da Companhia</b>	<b>1.193</b>	<b>(44)</b>	<b>1.149</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Demonstração do Resultado

	Consolidado		
	31.12.2018		
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS16	Reapresentado
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(37.834)	55	(37.779)
<b>Lucro bruto</b>	<b>11.554</b>	<b>55</b>	<b>11.609</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Despesas com vendas	(7.297)	744	(6.553)
Gerais e administrativas	(1.057)	8	(1.049)
Depreciação e amortização	(840)	(362)	(1.202)
Resultado de equivalência patrimonial	33	(5)	28
Outras despesas operacionais, líquidas	(216)	13	(203)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>2.177</b>	<b>453</b>	<b>2.630</b>
Resultado financeiro líquido	(474)	(587)	(1.061)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>1.703</b>	<b>(134)</b>	<b>1.569</b>
Imposto de renda e contribuição social	(449)	36	(413)
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>1.254</b>	<b>(98)</b>	<b>1.156</b>
Resultado líquido de operações descontinuadas	(74)	202	128
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>1.180</b>	<b>104</b>	<b>1.284</b>
Atribuível:			
Acionistas controladores da Companhia - Operações Continuadas	1.254	(98)	1.156
Acionistas controladores da Companhia - Operações Descontinuadas	(61)	54	(7)
<b>Total acionistas controladores da Companhia</b>	<b>1.193</b>	<b>(44)</b>	<b>1.149</b>
Participação dos acionistas não controladores - Operações Descontinuadas	(13)	148	135
<b>Total participação dos acionistas não controladores</b>	<b>(13)</b>	<b>148</b>	<b>135</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Demonstração do Fluxo de Caixa

	Controladora		
	31.12.2018		
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS16	Reapresentado
Lucro líquido do período	1.193	(44)	1.149
Imposto de renda diferido (nota nº 19)	(62)	36	(26)
Perda (ganho) na alienação do imobilizado	(170)	25	(145)
Depreciação / amortização	643	342	985
Juros e variações monetárias	368	510	878
Resultado de equivalência patrimonial (nota nº 13)	(1.063)	(86)	(1.149)
Perda (ganho) na baixa de passivo de arrendamento	-	(34)	(34)
Demais contas a pagar	14	(12)	2
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (nota nº16.2)	(2.637)	55	(2.582)
Pagamentos de passivo de arrendamento	-	(782)	(782)

  

	Consolidado		
	31.12.2018		
	Originalmente apresentado	Efeitos IFRS16	Reapresentado
Lucro líquido do período	1.180	104	1.284
Imposto de renda diferido (nota nº19)	77	158	235
Perda (ganho) na alienação do imobilizado	(40)	57	17
Depreciação / amortização	889	433	1.322
Juros e variações monetárias	761	969	1.730
Resultado de equivalência patrimonial (nota nº13)	(73)	4	(69)
Perda (ganho) na baixa de passivo de arrendamento	-	(80)	(80)
Demais contas a pagar	209	(16)	193
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (nota nº16.2)	(8.747)	60	(8.687)
Pagamentos de passivo de arrendamento	-	(1.743)	(1.743)

#### 4.4 ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019. Na avaliação da Administração da Companhia, não existem impactos significativos em decorrência da interpretação.



## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4.5 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 3/ CPC 15 – Combinação de negócios	Melhora a definição de negócio, ajudando na determinação se a aquisição é de um grupo de ativos ou de um negócio.	01/01/2020
<i>Amendments to IAS 1 e IAS 8 – Definição de materialidade</i>	Orientações adicionais sobre o conceito de materialidade.	01/01/2020
Revisão CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação	Alterações em função da edição do CPC 00 (Estrutura Conceitual) Alteração na definição de combinação de negócios no CPC 15 Alteração da definição de omissão material ou divulgação distorcida material Alteração da denominação do CPC 06 (R2) para Arrendamentos.	01/01/2020
Revisão CPC 00 (R2)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeira e informação útil.	01/01/2020
CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material	Alinha a definição omissão em todas as normas definindo que informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.	01/01/2021

Essas alterações não geraram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4.6 Reapresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo reapresentadas: (i) em virtude da conclusão do processo de alocação do preço de compra da aquisição do Éxito descrito na nota nº 13, conforme requerido pelo CPC 15 / IFRS 3, (ii) a administração identificou ajustes que afetaram os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019, conforme a seguir demonstradas. Não há impacto nas demonstrações financeiras da controladora.

#### Balanco Patrimonial

	Consolidado			
	31.12.2019			
	Originalmente apresentado	PPA (Purchase Price Allocation)(d)	Ajustes identificados pela Administração	Reapresentado
Estoques	8.625	-	6 (a)	8.631
Tributos a recuperar	1.627	-	65 (c)	1.692
Ativos mantidos para venda	218	5	-	223
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>19.892</b>	<b>5</b>	<b>71</b>	<b>19.968</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	354	(17)	-	337
Investimentos em controladas e associadas	749	(152)	12 (b)	609
Propriedades para investimento	2.863	188	-	3.051
Imobilizado	22.709	1.581	-	24.290
Intangíveis	7.440	(1.204)	-	6.236
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>38.099</b>	<b>396</b>	<b>12</b>	<b>38.507</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>57.991</b>	<b>401</b>	<b>83</b>	<b>58.475</b>
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>23.135</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.135</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	748	364	83 (c)	1.195
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>21.345</b>	<b>364</b>	<b>83</b>	<b>21.792</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>44.480</b>	<b>364</b>	<b>83</b>	<b>44.927</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>13.511</b>	<b>37</b>	<b>-</b>	<b>13.548</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>57.991</b>	<b>401</b>	<b>83</b>	<b>58.475</b>

(a) Ajuste no custo dos estoques da controlada indireta localizada na Argentina;

(b) Ajuste referente a equivalência patrimonial na controlada indireta Tuya; e

(c) Ajuste no imposto de renda e da contribuição social decorrente dos itens (a), do ajuste apurado na subsidiária Sendas decorrente de lucro auferido no exterior das empresas do Grupo Éxito e outros ajustes de imposto de renda nas subsidiárias estrangeiras.

(d) Alocação do preço de compra. Vide nota 13.

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Demonstração do resultado

		Consolidado		
		31.12.2019		
		Originalmente apresentado	Ajustes identificados pela Administração	Reapresentado
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(a)	(44.451)	6	(44.445)
<b>Lucro bruto</b>		12.184	6	12.190
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>				-
Resultado de equivalência patrimonial	(b)	(10)	12	2
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		742	18	760
Imposto de renda e contribuição social	(c)	(254)	(18)	(272)
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>		488	-	488
<b>Lucro líquido do exercício</b>		836	-	836

- (a) Ajuste no custo dos estoques da controlada indireta localizada na Argentina;
- (b) Ajuste referente a equivalência patrimonial na controlada indireta Tuya; e
- (c) Ajuste no imposto de renda e da contribuição social decorrente dos itens (a), do ajuste apurado na subsidiária Sendas decorrente de lucro auferido no exterior das empresas do Grupo Éxito e outros ajustes de imposto de renda nas subsidiárias estrangeiras.

### Fluxo de caixa

		Consolidado		
		31.12.2019		
		Originalmente apresentado	Ajustes identificados pela Administração	Reapresentado
Imposto de renda diferido		157	83	240
Resultado de equivalência patrimonial		(6)	(12)	(18)
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Estoques		(175)	(6)	(181)
Tributos a recuperar		(289)	(65)	(354)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		1.135	-	1.135

# Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 5. Adoção principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Redução ao valor recuperável – *impairment*: Notas nº 4.4, 7.2, 8.1, 15.1, 16.1 e 16.2
- Estoques: Constituição de provisões por estimativas de perda: Nota nº9
- Tributos a recuperar: Expectativa de realização dos créditos tributários: Nota nº10
- Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros: Mensuração do valor justo dos derivativos: Nota nº19
- Provisão para demandas judiciais: Constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade: Nota nº 22
- Imposto de renda: Constituição de provisões com base em estimativas razoáveis: Nota nº 21
- Pagamentos com base em ações: Estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação - Nota nº 25
- Combinação de negócios: estimativas de valor justo de ativos e passivos adquiridos na combinação de negócios e *goodwill* resultante – Nota nº 13
- Arrendamento: determinação do termo de contrato do *leasing* e da taxa de juros incremental – Nota nº 23.

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação.

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e contas bancárias – Brasil		171	345	249	406
Caixa e contas bancárias – Exterior	(*)	84	80	3.109	80
Aplicações financeiras – Brasil	(**)	2.608	2.510	4.471	3.883
Aplicações financeiras - Exterior	(***)	-	-	125	-
		<b>2.863</b>	<b>2.935</b>	<b>7.954</b>	<b>4.369</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2019, referem-se a (i) recursos do grupo Éxito adquirido em 27 de novembro de 2019 conforme nota nº13, sendo R\$73 na Argentina, R\$254 no Uruguai e R\$2.698 na Colômbia; (ii) recursos da Companhia aplicados nos Estados Unidos, em dólares norte-americanos no montante de R\$84.

(\*\*) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, constituem, substancialmente, operações compromissadas, remuneradas pela média ponderada de 89,94% (85,78% em 31 de dezembro de 2018) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

(\*\*\*) Referem-se a recursos aplicados no exterior, na moeda local equivalentes a R\$20 na Argentina, R\$4 no Uruguai e R\$ 101 na Colômbia, consequência da aquisição do Éxito, conforme Nota nº13.

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Contas a receber

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), no caso dos recebíveis de administradoras de cartão de crédito e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

Para todas as carteiras há a consideração das perdas estimadas, que são constituídas com base em análises quantitativas e qualitativas, no histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções de premissas relacionadas a eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança de consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber. A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, aplicando o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado ou VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 360 dias da data do vencimento. A cada fechamento anual dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias avaliam se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Administradoras de cartões de crédito (nota nº7.1)	24	19	42	38
Administradoras de cartões de crédito – partes relacionadas (nota nº 11.2)	13	37	24	58
<i>Tickets</i> de vendas e duplicatas a receber	70	68	446	128
Cartão de crédito próprio	56	52	70	53
Contas a receber de partes relacionadas (nota nº11.2)	21	39	12	15
Contas a receber de fornecedores	74	64	166	101
Provisão para perdas de crédito esperada (nota nº7.2)	(1)	(1)	(32)	(5)
	<b>257</b>	<b>278</b>	<b>728</b>	<b>388</b>
Circulante	256	274	727	384
Não circulante	1	4	1	4

#### 7.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia e suas subsidiárias, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, vendem parte dos recebíveis, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada.



## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7.2 Provisão para perdas de crédito esperada

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
<b>No início do exercício</b>	<b>(1)</b>	<b>(3)</b>	<b>(5)</b>	<b>(6)</b>
Perdas/reversão registrada no exercício	(17)	-	(263)	(630)
Baixas de contas a receber	17	2	282	771
Desconsolidação Via Varejo	-	-	(19)	-
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	-	-	1	(140)
Aquisição de sociedade	-	-	(28)	-
<b>No fim do exercício</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(32)</b>	<b>(5)</b>

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos - Consolidado			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
<b>31.12.2019</b>	<b>760</b>	<b>609</b>	<b>79</b>	<b>21</b>	<b>5</b>	<b>46</b>
31.12.2018	393	362	10	5	5	11

### 8. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Contas a receber de seguradoras (*)	68	213	72	213
Contas a receber por venda de sociedades (nota nº 8.2)	83	82	83	82
Aluguéis a receber	42	40	113	44
Contas a receber – Via Varejo (**)	49	-	49	-
Venda de imóveis	15	40	128	40
Outras	80	58	143	67
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota nº 8.1)	(13)	(14)	(15)	(16)
	<b>324</b>	<b>419</b>	<b>573</b>	<b>430</b>
Circulante	168	291	381	302
Não circulante	156	128	192	128

(\*) Em outubro de 2019 foram recebidos R\$203 da seguradora referente ao sinistro no Centro de Distribuição em Osasco ocorrido em 27 de dezembro de 2017, após negociação e acordo sobre o valor final da indenização, ocorrida ao longo do terceiro trimestre de 2019.

(\*\*) Com a venda do investimento na Via Varejo, o saldo que estava em partes relacionadas foi reclassificado para outras contas a receber.

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
<b>No início do exercício</b>	<b>(14)</b>	<b>(10)</b>	<b>(16)</b>	<b>(12)</b>
Perdas/reversão registrada no exercício	-	(4)	-	(4)
Baixas de contas a receber	1	-	5	13
Desconsolidação Via Varejo	-	-	(4)	-
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	-	-	-	(13)
<b>No fim do exercício</b>	<b>(13)</b>	<b>(14)</b>	<b>(15)</b>	<b>(16)</b>

### 8.2 Contas a receber por venda de sociedades

Contas a receber relacionadas ao exercício, pela contraparte, de opção para compra de postos de combustíveis. O valor original era de R\$50 atualizados monetariamente desde a assinatura do acordo em 28 de maio de 2012, por 110% do CDI, com pagamento previsto em 240 parcelas mensais. Em janeiro de 2016 foram vendidos mais 5 postos pelo valor de R\$8, em 120 parcelas à 110% do CDI.

## 9. Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de acordos comerciais recebidas de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

Os acordos comerciais recebidos de fornecedores são mensurados e reconhecidos com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado à medida em que os correspondentes estoques são vendidos. Compreendem acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros, e são registradas como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber de acordos comerciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
			Reapresentado	
Lojas	2.240	2.206	4.698	4.162
Centrais de distribuição	1.149	1.431	1.583	1.807
Estoque - Grupo Éxito	-	-	2.254	-
Estoque de imóveis - Grupo Éxito	-	-	190	-
Estoques de imóveis	-	-	1	5
Perdas com obsolescência e quebras (nota nº9.2)	(31)	(31)	(95)	(65)
	<b>3.358</b>	<b>3.606</b>	<b>8.631</b>	<b>5.909</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9.1 Acordos comerciais nos estoques e custos de armazenagem

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R\$310 (R\$315 em 31 de dezembro de 2018).

### 9.2 Perdas com obsolescência e quebras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
<b>No início do exercício</b>	<b>(31)</b>	<b>(36)</b>	<b>(65)</b>	<b>(73)</b>
Adições	(7)	(1)	(51)	(79)
Aquisição de Sociedade	-	-	(22)	-
Baixas/reversões	7	6	35	85
Desconsolidação Via Varejo	-	-	8	-
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	-	-	-	2
<b>No final do exercício</b>	<b>(31)</b>	<b>(31)</b>	<b>(95)</b>	<b>(65)</b>

## 10. Tributos a recuperar

A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas” e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
ICMS (nota nº10.1)	1.420	1.326	2.621	2.335
Provisão para não realização do ICMS	-	-	-	(28)
PIS e COFINS (nota nº10.2)	462	461	854	717
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	291	295	321	328
Imposto de renda e contribuição social (*)	61	38	472	52
Outros	17	9	49	20
Outros impostos – Grupo Êxito	-	-	77	-
<b>Total</b>	<b>2.251</b>	<b>2.129</b>	<b>4.394</b>	<b>3.424</b>
Circulante	516	316	1.692	679
Não circulante	1.735	1.813	2.702	2.745

(\*) Inclui os saldos de Êxito

### 10.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos se concretizará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia e suas subsidiárias mantêm centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e suas subsidiárias e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual garante a Companhia e suas subsidiárias o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada estado.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também houve aumento do crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia e por suas subsidiárias. A Companhia e suas subsidiárias têm realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo.

<b><u>Em</u></b>	<b><u>Controladora</u></b>	<b><u>Consolidado</u></b>
Em 1 ano	<b>186</b>	<b>438</b>
De 1 a 2 anos	<b>157</b>	<b>370</b>
De 2 a 3 anos	<b>143</b>	<b>361</b>
De 3 a 4 anos	<b>149</b>	<b>366</b>
De 4 a 5 anos	<b>139</b>	<b>350</b>
Após 5 anos	<b>646</b>	<b>736</b>
	<b>1.420</b>	<b>2.621</b>

### 10.2 Crédito de PIS e COFINS

As evidências que conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito de PIS e COFINS incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado que fizeram parte da análise e iii) avaliação contábil sobre o tema.

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Partes relacionadas

#### 11.1 Remuneração da Administração e dos comitês de assessoramento

As despesas relativas à remuneração do pessoal da Alta Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração e os respectivos Comitês de assessoramento), do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram as seguintes:

(Valores expressos em milhares de reais)

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Conselho de Administração (*)	<b>38.207</b>	12.256	-	-	<b>2.366</b>	-	<b>40.573</b>	12.256
Diretoria	<b>33.373</b>	42.695	<b>12.943</b>	15.083	<b>15.596</b>	29.267	<b>61.912</b>	87.045
Conselho Fiscal	-	228	-	-	-	-	-	228
	<b>71.580</b>	55.179	<b>12.943</b>	15.083	<b>17.962</b>	29.267	<b>102.485</b>	99.529

(\*) A remuneração dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (de Recursos Humanos e Remuneração, de Auditoria, Financeiro, de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Corporativa) está inclusa nesta linha.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 11.2 Saldos e transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordados entre as partes.

	Controladora									
	Saldos								Transações	
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (Despesas)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b><u>Controlador:</u></b>										
Casino (i)	-	10	-	-	-	2	24	1	(57)	(64)
Euris (i)	-	-	-	-	-	-	1	-	(1)	(2)
Helicco (i)	-	-	-	-	-	-	-	3	(3)	(7)
<b><u>Controladas:</u></b>										
Éxito (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Novasoc Comercial	-	-	54	45	-	-	-	2	3	3
Sendas Distribuidora	8	23	83	94	11	11	2	-	86	87
SCB Distribuição e Comércio	5	-	8	96	-	-	-	-	-	-
Via Varejo	-	6	-	16	-	11	-	105	-	(48)
Cheftime	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-
Leji Intermediação	-	-	4	-	-	-	-	-	8	-
Cnova Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
GPA M&P	-	-	-	3	-	-	14	13	(1)	(1)
GPA Logística	-	-	68	59	2	4	61	50	1	1
Bellamar	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
<b><u>Associadas:</u></b>										
FIC (iii)	13	37	25	26	22	21	-	-	83	152
<b><u>Outras Partes Relacionadas:</u></b>										
Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda.										
(Greenyellow) (iv)	-	-	-	-	-	-	132	142	(36)	(39)
Grupo Casino	8	-	-	-	1	-	-	-	(6)	-
Outros	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>76</b>	<b>248</b>	<b>341</b>	<b>36</b>	<b>49</b>	<b>234</b>	<b>316</b>	<b>76</b>	<b>80</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### **Controlador:**

Casino (i)

Euris (i)

Helicco Participações (i)

Geant internacional

### **Coligadas:**

FIC (iii)

Puntos Colombia (v)

Tuya (vi)

### **Outras partes relacionadas:**

Greenyellow (iv)

Grupo Casino (vii)

Outros

**Total**

Consolidado									
Saldos								Transações	
Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (despesas)	
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
-	15	5	-	-	2	24	1	(57)	(64)
-	-	-	-	-	-	1	-	(1)	(2)
-	-	-	-	-	-	-	3	(3)	(7)
-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-
24	58	36	33	39	31	-	-	152	152
-	-	28	-	-	-	43	-	(13)	-
-	-	26	-	-	-	-	-	21	-
-	-	-	-	-	-	134	141	(35)	(39)
12	-	8	-	1	-	13	-	(4)	-
-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
36	73	104	34	40	33	215	145	57	40

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes.

As principais operações da Companhia com partes relacionadas são:

- (i) *Casino: Cost Sharing Agreement*: celebrado entre a Companhia, Helicco Participações Ltda., Foncière Euris e Casino, Guichard-Perrachon S.A. ("Casino") em 10 de agosto de 2014, conforme aditado, para regular o reembolso pela Companhia de despesas incorridas pelas empresas do Grupo Casino decorrentes de atividades que envolvem a transferência de *know-how* à Companhia para apoiar o seu desenvolvimento.

*Insurance*: Contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e Casino para intermediação na negociação de renovações de determinadas apólices de seguro da Companhia.

*Agency Agreement*: celebrado entre a Companhia, Sendas Distribuidora S.A. e Groupe Casino Limited em 25 de julho de 2016, conforme aditado, para regular a prestação de serviços de *global sourcing* (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino e reembolso pelo Groupe Casino Limited à Companhia para restaurar as margens de ganho reduzidas em virtude de promoções realizadas pela Companhia em suas lojas.

*Cost Reimbursement Agreement*: celebrado entre a Companhia e Casino, Guichard-Perrachon S.A. em 25 de julho de 2016 para regular o reembolso pela Companhia de despesas de colaboradores franceses (expatriados) da Companhia relativas a contribuições sociais francesas e outros benefícios englobados no programa de expatriação pagos por Casino na França.

*Agency Agreement*: celebrado entre a Companhia, Sendas Distribuidora S.A. e Casino International S.A. em 20 de dezembro de 2004, conforme aditado, para representação da Companhia na negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia junto aos fornecedores internacionais.

*Purchase Agreement*: celebrado entre a Companhia, Sendas e E.M.C. Distribution Limited em 6 de junho de 2019 para a importação de produtos não alimentícios e alimentícios (exceto perecíveis e vinhos) para revenda em suas lojas, mediante solicitação de ordens de compra, em caráter não-exclusivo.

- (ii) *Éxito e controladas: Agreement on Establishment of Business Relations*: celebrado entre a Companhia, Sendas, Éxito e suas controladas em 27 de julho de 2016 para regular a prospecção de fornecedores de seus países de origem para estabelecimento de novas relações comerciais.

Celebração de contratos de licença de uso de marca e de direitos autorais envolvidos na produção, publicidade, promoção, comercialização e distribuição de produtos do segmento têxtil e acessórios destinados ao público feminino (marcas Bronzini e Arkitect) pela Distribuidora de Textiles y Confecciones S.A. (Didetexto), controlada por Éxito, à Companhia.

*Cost Reimbursement Agreement*: celebrado entre a Companhia, Sendas e Éxito em 22 de outubro de 2019 para reembolso de uma parte à outra dos custos incorridos para transferência de colaboradores.

- (iii) *FIC*: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") no acordo de associação, dentre os quais: (i) serviços de correspondente bancário no Brasil; (ii) acordo de indenização em que FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma a outra por contingências de suas responsabilidades; e (iii) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (iv) *Greenyellow: celebração de (a) contratos com a Companhia para regular os termos da instalação de equipamentos e a prestação de serviços pela Greenyellow de soluções de eficiência energética nos estabelecimentos da unidade de negócios multivarejo da Companhia para redução de energia. (b) contratos com a Sendas para regular os termos da locação e manutenção de equipamentos de sistema fotovoltaico pela Greenyellow em lojas da Sendas; (iii) contratos com a Companhia e Sendas para a compra de energia comercializada em mercado livre.*
- (v) *Puntos Colombia: Programa de Fidelidade a clientes do Éxito. Saldo relacionado a resgate de pontos e outros serviços.*
- (vi) *Tuya: Entidade financeira investida do Éxito. Saldo relacionado a participação em acordos de colaboração empresarial e reembolso de despesa, cupons de desconto e outros.*
- (vii) *Grupo Casino: Saldos a receber por despesas de expatriados com Casino International, Distribution Casino e Casino Services. Prestação de serviços na importação de mercadorias por outras companhias do grupo Casino.*

## 12. Investimentos em controladas e associadas

### 12.1 Base de consolidação

#### 12.1.1 Participação em controladas, subsidiárias e associadas:

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo CPC 36 (R3)/IFRS 10.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos exercícios da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual detido pelo GPA ou suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas, mantendo a participação dos não controladores destacada em linha específica no patrimônio líquido e demonstração do resultado.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Participação nos investimentos - %							
Grupo	Sociedades	País	31.12.2019		31.12.2018		
			Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta	
CBD	<b>Controladas</b>						
	Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	Brasil	100,00	-	100,00	-	
	Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas")	Brasil	100,00	-	100,00	-	
	Bellamar Empreend. e Participações Ltda. ("Bellamar")	Brasil	100,00	-	100,00	-	
	CBD Holland B.V. ("CBD Holland")	Brasil	100,00	-	100,00	-	
	GPA 2 Empreend. e Participações Ltda. ("GPA 2")	Brasil	100,00	-	100,00	-	
	GPA Logística e Transporte Ltda. ("GPA Logística")	Brasil	100,00	-	100,00	-	
	SCB Distribuição e Comércio Varejista de Alimentos Ltda. ("Compre Bem")	Brasil	100,00	-	100,00	-	
	Stix Fidelidade e Inteligência S.A. ("Stix")	Brasil	100,00	-	100,00	-	
	Leji Intermediação S.A. ("James Delivery")	Brasil	100,00	-	100,00	-	
	Cheftime Comércio de Refeições S/A ("Cheftime")	Brasil	79,57	-	-	-	
	GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	Brasil	100,00	-	100,00	-	
	BCafeterias e Lanchonetes Ltda. ("BCafeterias")	Brasil	0,10	99,90	-	-	
	Fronteira Serviços Imobiliários Ltda. ("Fronteira")	Brasil	0,10	99,90	-	-	
	Place2B Serviços Imobiliários Ltda. ("Place2B")	Brasil	0,10	99,90	-	-	
	Companhia Brasileira de Distribuição Luxembourg Holding S.à.r.l. ("CBDLuxco")	Luxemburgo	100,00	-	100,00	-	
	Companhia Brasileira de Distribuição Netherlands Holding B.V. ("CBDDutchco")	Holanda	-	100,00	-	100,00	
	Éxito	Almacenes Éxito S.A. ("Éxito")	Colômbia	-	96,57	-	-
	(Adquirido em 27/11/2019)	Éxito Industrias S.A.S.	Colômbia	-	94,59	-	-
		Fideicomiso Lote Girardot	Colômbia	-	96,57	-	-
		Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	Colômbia	-	49,25	-	-
		Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. (Móvil Éxito)	Colômbia	-	96,57	-	-
		Gemex O & W S.A.S.	Colômbia	-	96,57	-	-
		Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S. (MPI)	Colômbia	-	96,57	-	-
		Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S. (LTSA)	Colômbia	-	96,57	-	-
		Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	Colômbia	-	96,57	-	-
		Patrimonio Autónomo Iwana	Colômbia	-	49,25	-	-
Patrimonio Autónomo Viva Malls		Colômbia	-	49,25	-	-	
Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo		Colômbia	-	25,12	-	-	
Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio		Colômbia	-	25,12	-	-	
Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I		Colômbia	-	25,12	-	-	
Patrimonio Autónomo Centro Comercial		Colômbia	-	25,12	-	-	
Patrimonio Autónomo Viva Laureles		Colômbia	-	39,40	-	-	
Patrimonio Autónomo Viva Palmas		Colômbia	-	25,12	-	-	



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Grupo	Sociedades	País	Participação nos investimentos - %			
			31.12.2019		31.12.2018	
			Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
	Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva	Colômbia	-	44,33	-	-
	Spice investment Mercosur	Uruguai	-	96,57	-	-
	Larenco S.A.	Uruguai	-	96,57	-	-
	Geant Inversiones S.A.	Uruguai	-	96,57	-	-
	Lanin S.A.	Uruguai	-	96,57	-	-
	5 Hermanos Ltda.	Uruguai	-	96,57	-	-
	Sumelar S.A.	Uruguai	-	96,57	-	-
	Raxwy Company S.A.	Uruguai	-	96,57	-	-
	Supermercados Disco del Uruguay S.A.	Uruguai	-	60,35	-	-
	Maostar S.A.	Uruguai	-	30,18	-	-
	Ameluz S.A.	Uruguai	-	60,35	-	-
	Fandale S.A.	Uruguai	-	60,35	-	-
	Odaler S.A.	Uruguai	-	60,35	-	-
	La Cabaña S.R.L.	Uruguai	-	60,35	-	-
	Ludi S.A.	Uruguai	-	60,35	-	-
	Semin S.A.	Uruguai	-	60,35	-	-
	Randicor S.A.	Uruguai	-	60,35	-	-
	Setara S.A.	Uruguai	-	60,35	-	-
	Hiper Ahorro S.R.L.	Uruguai	-	60,35	-	-
	Ciudad del Ferrol S.C.	Uruguai	-	59,14	-	-
	Mablicor S.A.	Uruguai	-	30,78	-	-
	Tipsel S.A.	Uruguai	-	96,57	-	-
	Tedocan S.A.	Uruguai	-	96,57	-	-
	Vía Artika S. A.	Uruguai	-	96,57	-	-
	Grupo Disco del Uruguay S.A.	Uruguai	-	60,35	-	-
	Devoto Hermanos S.A.	Uruguai	-	96,57	-	-
	Mercados Devoto S.A.	Uruguai	-	96,57	-	-
	Geant Argentina S.A.	Argentina	-	96,57	-	-
	Libertad S.A.	Argentina	-	96,57	-	-
	Onper Investment 2015 S.L	Espanha	-	96,57	-	-
	Spice España de Valores	Espanha	-	96,57	-	-
	Americanos S.L.	Espanha	-	96,57	-	-
	Marketplace Internacional Éxito S.L	Espanha	-	96,57	-	-
	Carulla Vivero Holding Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	-	96,57	-	-
	Gelase S. A.	Bélgica	-	96,57	-	-
Via Varejo	Via Varejo S.A. ("Via Varejo")	Brasil	-	-	43,23	-
	Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	Brasil	-	-	-	43,23
	VVLOG Logística Ltda. (PontoCred Negócio de Varejo Ltda.) ("VVLOG Logística")	Brasil	-	-	-	43,23
	Globex Adm. e Serviços Ltda. ("Globex Adm")	Brasil	-	-	-	43,23
	Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda. ("Lake Niassa")	Brasil	-	-	-	43,23
	Globex Adm. Consórcio Ltda. ("Globex Adm. Consórcio")	Brasil	-	-	-	43,23
	Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil")	Brasil	-	-	-	43,23

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir são apresentados os detalhes das associadas da Companhia no encerramento de cada exercício:

		Participação nos investimentos - %				
		31.12.2019			31.12.2018	
Grupo	Sociedades	País	Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
Cnova N.V.	Cnova N.V. ("Cnova Holanda")	Holanda	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount Afrique SAS ("Cdiscount Afrique")	França	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount International BV The Netherlands ("Cdiscount Internacional")	Holanda	-	33,98	-	33,98
	Cnova France SAS ("Cnova France")	França	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount S.A. ("Cdiscount")	França	-	33,87	-	33,87
	Cdiscount Côte d'Ivoire SAS Ivory Coast ("Cdiscount Côte")	Costa do Marfim	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount Sénégal SAS ("Cdiscount Sénégal")	Senegal	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount Cameroun SAS ("Cdiscount Cameroun")	Camarões	-	33,98	-	33,98
	CLatam AS Uruguay ("CLatam")	Uruguai	-	23,79	-	23,79
	Cdiscount Panama S.A. ("Cdiscount Panama")	Panama	-	23,79	-	23,79
	Cdiscount Uruguay S.A. ("Cdiscount Uruguay")	Uruguai	-	23,79	-	23,79
	Ecdiscoc Comercializadora S.A.(Cdiscount Ecuador) ("Ecdiscoc Comercializadora")	Equador	-	23,78	-	23,78
	Cnova Pay	França	-	33,98	-	33,98
	BeezUP SAS ("BezzUp")	França	-	33,98	-	33,98
	CARYA	França	-	33,87	-	33,87
	HALTAE	França	-	33,87	-	33,87
	C-Logistics	França	-	28,56	-	33,87
	NEOSYS	França	-	17,33	-	33,87
	Neotech Solutions	Marrocos	-	17,33	-	33,87
	NEOSYS Tunisie	Tunísia	-	17,33	-	-
	C Chez Vous	França	-	28,56	-	-
	Phoenix	França	-	16,99	-	-
FIC	Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	Brasil	-	35,76	-	41,92
	Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	Brasil	-	-	-	21,62
	FIC Promotora de Vendas Ltda. ("FIC Promotora")	Brasil	-	35,76	-	41,92
Éxito	Puntos Colombia S.A.S ("Puntos")	Colômbia	-	48,29	-	-
	Compañía de Financiamento Tuya S.A. ("Tuya")	Colômbia	-	48,29	-	-
	Cnova N.V ("Cnova Holanda")	Holanda	-	0,18	-	-

### 12.1.2 Informações contábeis das associadas

Os investimentos em associadas são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que (a) é parte do acordo de acionistas, indicando uma parcela dos administradores e tendo direito de veto em certas decisões relevantes; e (b) o poder sobre as decisões operacionais e financeiras. As associadas são: i) FIC administradas pelo Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"), ii) Cnova N.V. que opera principalmente no comércio eletrônico na França e (iii) Tuya, financeira investida do Éxito. Não há quaisquer restrições por parte das associadas em transferir recursos para a Companhia, como por exemplo em forma de dividendos.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	FIC		Cnova N.V.		Tuya
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado	31.12.2019
Ativo circulante	7.085	5.952	3.271	3.121	3.943
Ativo não circulante	51	59	2.587	1.947	100
Ativo total	7.136	6.011	5.858	5.068	4.043
Passivo circulante	6.185	5.279	5.819	5.127	1.426
Passivo não circulante	20	10	867	757	2.146
Patrimônio líquido	931	722	(828)	(816)	471
Total passivo e patrimônio líquido	7.136	6.011	5.858	5.068	4.043

  

	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado	31.12.2019
<u>Demonstração do resultado:</u>					
Receitas	1.207	969	9.689	9.370	698
Resultados operacionais	441	398	(24)	(73)	87
Lucro líquido do exercício	263	218	(288)	(147)	(14)

O cálculo do investimento da FIC considera o patrimônio líquido da investida deduzido da reserva especial de ágio no valor de R\$122, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco. O cálculo do investimento de Éxito em Tuya e Cnova N.V. incluem o ágio apurado na aquisição no valor de R\$71 e R\$11, respectivamente.

### 12.2 Composição e movimentação dos investimentos

	Controladora					
	Sendas	Via Varejo	Bellamar	Compre Bem	Outros	Total (*)
<b>Saldos em 31.12.2018</b>	4.210	-	207	75	(223)	4.269
Ajuste relacionado ao IFRS16	(119)	-	-	-	(11)	(130)
<b>Saldos em 31.12.2018 - reapresentado</b>	4.091	-	207	75	(234)	4.139
Equivalência patrimonial	<b>1.047</b>	<b>16</b>	<b>101</b>	<b>(49)</b>	<b>(150)</b>	<b>965</b>
Baixa Investimento Via Varejo	<b>(2)</b>	<b>(1.372)</b>	-	-	<b>(492)</b>	<b>(1.866)</b>
Dividendos e juros s/ capital próprio	<b>(297)</b>	-	<b>(9)</b>	-	-	<b>(306)</b>
Remuneração com base em ações	<b>1</b>	<b>4</b>	-	-	-	<b>5</b>
Aumento de capital	<b>2.003</b>	-	-	<b>194</b>	<b>52</b>	<b>2.249</b>
Aumento de capital com imobilizado	<b>67</b>	-	-	<b>57</b>	<b>(5)</b>	<b>119</b>
Outras movimentações	<b>(6)</b>	-	-	-	<b>37</b>	<b>31</b>
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	<b>191</b>	-	-	-	<b>(6)</b>	<b>185</b>
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	-	<b>1.352</b>	-	-	<b>492</b>	<b>1.844</b>
<b>Saldos em 31.12.2019</b>	<b>7.095</b>	-	<b>299</b>	<b>277</b>	<b>(306)</b>	<b>7.365</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora					Total (*)
	Sendas	Via Varejo	Bellamar	Compre Bem	Outros	
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	3.119	-	155	-	(124)	3.150
Ajuste relacionado ao IFRS 16	(95)	-	-	-	(6)	(101)
<b>Saldos em 31.12.2017- reapresentado</b>	3.024	-	155	-	(130)	3.049
Equivalência patrimonial	1.076	104	78	(30)	(79)	1.149
Dividendos e juros s/ capital próprio	(115)	-	(19)	-	-	(134)
Remuneração com base em ações	8	5	-	-	1	14
Aumento de capital	-	-	-	22	-	22
Aumento de capital com imobilizado (vide nota nº 15)	98	-	-	83	-	181
Outras movimentações	-	(58)	-	-	(1)	(59)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	-	(23)	(7)	-	(25)	(55)
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota nº 33)	-	(28)	-	-	-	(28)
<b>Saldos em 31.12.2018- reapresentado</b>	4.091	-	207	75	(234)	4.139

(\*) Inclui os efeitos de passivo a descoberto sobre o investimento na Cnova N.V., no montante de R\$385 em 31 de dezembro de 2019 (R\$279 em 31 de dezembro de 2018).

	Consolidado					Total
	FIC	BINV	Tuya	Puntos Colombia	Outros	
<b>Saldos em 31.12.2017 - reapresentado</b>	155	-	-	-	(200)	(45)
Equivalência patrimonial – continuada	79	-	-	-	(51)	28
Equivalência patrimonial – descontinuada	32	8	-	-	-	40
Dividendos e juros s/ capital próprio – operação continuada	(25)	-	-	-	-	(25)
Dividendos e juros s/ capital próprio – operação descontinuada	(12)	-	-	-	-	(12)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	(7)	-	-	-	(28)	(35)
Reclassificação para mantido para venda	(19)	(8)	-	-	-	(27)
<b>Saldos em 31.12.2018 - reapresentado</b>	203	-	-	-	(279)	(76)
Equivalência patrimonial – continuada	106	-	(7)	2	(99)	2
Equivalência patrimonial – descontinuada	12	4	-	-	-	16
Dividendos e Juros sobre capital próprio - continuada	(20)	-	-	-	-	(20)
Dividendos e Juros sobre capital próprio - descontinuada	(3)	-	-	-	-	(3)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	-	-	9	-	(8)	1
Aquisição de investimento	-	-	305	-	11	316
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	(9)	(4)	-	-	-	(13)
<b>Saldos em 31.12.2019 - reapresentado</b>	289	-	307	2	(375)	223

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 12.3 Venda do investimento na Via Varejo

A Companhia concluiu o processo de venda iniciado em 23 de novembro de 2016, através de leilão em 14 de junho de 2019 realizado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, pelo preço de R\$4,90 reais por ação, totalizando R\$2.300, em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar. O ganho apurado na venda de R\$398, líquido do imposto de renda de R\$199 (vide nota nº21) e dos custos relacionados, foi apresentado no resultado das operações descontinuadas (vide nota nº33).

A Companhia deixou de exercer o controle sobre a Via Varejo durante o mês de junho de 2019 e está em processo de implementação dos passos formais previstos para tais eventos sobre as garantias outorgadas, participações societárias em outras empresas, utilização de marcas, etc. A Companhia continuará concedendo garantia sobre os processos jurídicos anteriores a aquisição da Globex em 2010, conforme divulgados na nota nº 22.6.

## 13. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das UGCs da Companhia que devem se beneficiar da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida forem atribuídos a essas UGCs.

Em casos nos quais o ágio faça parte de uma UGC e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da UGC que foi mantida.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 13.1 Aquisição Almacenes Éxito ("Éxito") - Colômbia

Em 26 de junho de 2019, foi apresentada em reunião do Conselho de Administração do GPA, uma recomendação do acionista controlador final da Companhia, Casino, com o objetivo de simplificação da estrutura do Casino na América Latina, melhora significativa na governança e aumento da base de potenciais investidores.

As transações sob controle comum não têm previsão no IFRS, no entanto as transações com finalidade meramente de reorganização societária foram tratadas a custo historicamente pela Companhia. A transação de aquisição do Grupo Éxito diferiu de uma reorganização pois teve característica mercantil, sendo feita a valor de mercado validado por comitês de avaliação, envolveu uma oferta pública lançada pelo GPA, por meio de sua subsidiária Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas"), com vistas à aquisição, em dinheiro, de até a totalidade das ações do Éxito, sociedade de capital aberto localizada na Colômbia. Em virtude da existência de substância econômica, a Companhia aplicou o CPC 15R / IFRS 3R.

A transação envolveu ainda a aquisição pelo Casino da totalidade das ações de controle de emissão do GPA até então detidas indiretamente pelo Éxito ao preço de R\$113 reais por ação; e a migração do GPA para o Novo Mercado, segmento de mais elevado nível de governança da B3, com a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão do GPA em ações ordinárias à razão de 1 para 1.

Em 23 de julho de 2019 foi divulgado fato relevante comunicando que o Conselho de Administração do GPA, com base na recomendação favorável do Comitê Especial Independente e dentro do intervalo de preço recomendado originalmente pela diretoria executiva do GPA, aprovou que sua subsidiária operacional Sendas Distribuidora autorizasse a emissão de uma oferta pública ("OPA") com vistas à aquisição, em dinheiro, de até a totalidade das ações de Éxito, ao preço de 18.000 pesos colombianos por ação (equivalentes a R\$21,68 reais na data da aquisição).

Em continuidade a transação, em 12 de setembro de 2019 foi aprovada pelo Conselho de Administração e pela assembleia geral de acionistas do Éxito a venda de sua participação indireta no GPA para o Casino nos termos anteriormente divulgados.

Visto que nesta transação a Companhia estava exposta a pesos Colombianos ("COP") durante o período da oferta, no dia 24 de julho de 2019, o comitê financeiro aprovou a realização de um *hedge* de fluxo de caixa, via NDFs (*Non Deliverable Forward*), para mitigar essa exposição (vide nota nº19).

Em 27 de novembro de 2019, a OPA foi encerrada e a Companhia passou a deter 96,57% de participação no capital de Éxito. O encerramento da OPA representou um desembolso pela Sendas de 7.780 bilhões de pesos colombianos (valor equivalente a R\$9,5 bilhões (levando em conta a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2019). Anteriormente à liquidação da OPA, controladas do Casino adquiriram a totalidade das ações de emissão do GPA detidas direta e indiretamente por Éxito pelo preço, líquido de dívida, de US\$1.161 milhões (equivalente a R\$4,9 bilhões com base na taxa de câmbio da data da transação).

#### *Contexto da associação*

Almacenes Éxito S.A. opera mais de 650 lojas na Colômbia, Uruguai e Argentina, além de explorar shopping centers, ter investimento significativo em empresa de fidelidade e financeira, além de explorar marcas próprias.

A Companhia passou a consolidar os resultados de Éxito a partir de 1º de dezembro de 2019, quando obteve controle da companhia, consolidando somente um mês da demonstração do resultado. As vendas líquidas foram de R\$2.151 nesse período e o lucro líquido de R\$71. Caso o

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Éxito tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2019, na demonstração do resultado o efeito seria de R\$ 18.388 nas vendas líquidas e R\$ 178 no lucro líquidos das operações continuadas.

### *Determinação da contraprestação transferida pela aquisição*

Os valores foram transferidos em caixa no montante líquido de R\$9.413. Este valor inclui o efeito do hedge de fluxo de caixa efetuado para proteger a variação cambial entre Reais e pesos colombianos, de parte do preço de aquisição das ações entre o início e o fim da OPA, no montante de R\$145, e está líquido de dividendos (R\$42) relacionados ao exercício de 2018 cujo pagamento estava previsto para janeiro de 2020.

	<b>31.12.2019</b>
Desembolso de Caixa	9.268
Ajuste do hedge do fluxo de caixa	145
	9.413
Dividendos relacionados ao exercício de 2018	(42)
<b>Valor da contraprestação total transferida</b>	<b>9.371</b>



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### *Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos*

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de Êxito, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

	Balanço após a alocação preliminar do preço de compra	Variação no PPA (Purchase Price Allocation)	Balanço após a alocação do preço de compra
<b>Ativos:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6.062		6.062
Contas a receber e outras contas a receber	416		416
Estoques	2.765		2.765
Tributos a recuperar	477		477
Outros ativos circulantes	342	7	349
Imposto de renda e C.S. diferidos	1.282	71	1.353
Créditos com partes relacionadas	137		137
Outros ativos não circulantes	112	(1)	111
Investimentos	465	(149)	316
Propriedades para investimento	2.789	183	2.972
Imobilizado, líquido	6.954	1.542	8.496
Ativos intangíveis	2.661	348	3.009
	24.462	2.001	26.463
<b>Passivos:</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas	283		283
Fornecedores	4.545		4.545
Obrigações fiscais	219		219
Empréstimos e financiamentos	2.546		2.546
Passivo de arrendamento	277		277
Outros passivos circulantes	998		998
Empréstimos e financiamentos - LP	2.060		2.060
Tributos diferidos	1.657	443	2.100
Provisões	103		103
Passivo de arrendamento - LP	1.540		1.540
Outras obrigações - LP	28		28
	14.256	443	14.699
Ativos Líquidos	10.206	1.558	11.764
(-) Valor atribuído aos não controladores	(2.522)	(36)	(2.558)
Ativos líquidos	7.684	1.522	9.206

- a) Marcas – A Companhia identificou as principais marcas da operação do Êxito estando representadas pelos formatos de lojas operados na Colômbia Surtimax, Super Inter, Surti Mayorista, Viva, Frescampo, Êxito e Carulla, na Argentina a marca Libertad e no Uruguai a marca Disco. Adicionalmente, foram avaliadas as marcas próprias Êxito, Bronzini Frescampo, Ekono, Arkitect e Carulla. As marcas possuem vida útil indefinida.
- b) Propriedades para Investimento e de lojas – O Grupo Êxito tem ativos imobiliários que são explorados em suas atividades de aluguel de galerias e na atividade de shopping centers. Tais ativos tem alta relevância comercial, estando localizados em áreas privilegiadas. Adicionalmente, foram avaliadas um grupo de lojas considerados significativos que são exploradas na operação do Êxito.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- c) Investimento Tuya – A Companhia avaliou o investimento em Tuya considerando a projeção dos lucros futuros;
- d) Arrendamentos – Os contratos de aluguéis foram recalculados considerando a taxa incremental na data da aquisição.

O valor justo da participação de acionistas não-controladores foi mensurado aplicando a participação por eles detida, pelo valor justo na data da combinação de negócios, conforme demonstrado abaixo:

Valor da contraprestação total transferida - 96,57%	9.371
Valor justo da empresa a 100%	9.706
<b>Valor justo da participação dos não controladores (OPA)</b>	<b>335</b>

### Ágio identificado

Como resultado da: (i) mensuração da consideração total transferida pela aquisição do controle de Êxito, (ii) mensuração da participação do acionista não controlador, e (iii) mensuração dos ativos e passivos identificáveis ao valor justo, a Companhia apurou ágio de expectativa de rentabilidade futura de R\$165, que consiste principalmente em sinergias e economia em escala. O ágio não é dedutível para fins fiscais, exceto na alienação do investimento, e foi assim determinado:

	Conforme anteriormente apresentado	Varição PPA	Reapresentado
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	10.206	1.558	11.764
(-) Valor atribuído aos não controladores	(2.187)	(36)	(2.223)
	8.019	1.522	9.541
Participação remanescente dos não controladores (OPA)	(335)	-	(335)
	7.684	1.522	9.206
Contraprestação total transferida pela aquisição de controle de Êxito	9.371	-	9.371
<b>Ágio resultante na aquisição do controle de Êxito</b>	<b>1.687</b>	<b>(1.522)</b>	<b>165</b>

O ágio está divulgado no balanço consolidado no subgrupo do ativo intangível. Na subsidiária Sendas, controladora direta do Êxito, o ágio está no subgrupo de investimentos, no mesmo grupo de ativos não circulantes.

O custo relacionado a aquisição foi de R\$ 198 e está reconhecido nas “outras despesas operacionais” (nota nº 28).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 13.2 Cheftime e James Delivery

A Companhia adquiriu no ano de 2018 e 2019, respectivamente, o controle de James Delivery que é uma empresa de entregas e Cheftime que fornece kits gastronômicos. Os ativos líquidos de tais empresas (representando cerca de R\$1) e as considerações pela aquisição foram mensuradas e concluídas durante 2019.

## 14. Propriedades para Investimento

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico, (incluindo custos da transação), líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo das propriedades para investimento adquiridas numa combinação de negócios e determinado pelo valor justo, conforme IFRS 3/ CPC 15 – Combinação de negócios.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Uma propriedade para investimento também é transferida quando há intenção de venda e nesse caso é classificada como ativo não circulante mantido para venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado do exercício quando efetivada a baixa.

As propriedades para investimento da Companhia e suas subsidiárias correspondem a áreas comerciais e lotes que são mantidas para geração de renda ou apreciação futura do preço.

O valor justo das propriedades para investimento é mensurado com base em avaliações realizadas por terceiros.

Consolidado							
Saldo em: 31.12.2018	Adições	Depreciação	Aquisição de sociedades	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Transfe- rências	Saldo em: 31.12.2019	
Terrenos	6	2	-	643	11	(6)	656
Edifícios	10	10	(4)	2.319	45	5	2.385
Benfeitorias	4	-	-	-	-	(4)	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	10	-	-	10
Total	20	12	(4)	2.972	56	(5)	3.051

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2019			Saldo em 31.12.2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	656	-	656	6	-	6
Edifícios	2.400	(15)	2.385	20	(10)	10
Benfeitorias	-	-	-	4	-	4
Imobilizado em andamento	10	-	10	-	-	-
Total	3.066	(15)	3.051	30	(10)	20

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Durante o mês de dezembro de 2019, o resultado gerado pela subsidiária Êxito pelo uso das propriedades de investimento foram os seguintes:

Receita de arrendamento	31
Gastos operacionais relacionados com propriedades de investimento que geram receitas	(4)
Gastos operacionais relacionados com propriedades de investimento que não geram receitas	(12)
<b>Receita líquida gerada pelas propriedades de investimento</b>	<b>15</b>

Em 31 de dezembro de 2019, o valor justo das propriedades de investimento era composto apenas por saldos da subsidiária Êxito no montante de R\$3.047.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 15. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

<b>Categoria dos ativos</b>	<b>Taxa média de depreciação anual</b>
Edifícios	2,50%
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	4,17%
Máquinas e equipamentos	12,12%
Instalações	8,19%
Móveis e utensílios	11,03%
Outros	20,00%

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2019 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

#### 15.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (*impairment test*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia (WACC) que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de vida útil dos intangíveis incluindo ágio são apresentados na nota nº 16.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### *Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas*

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil em imóveis das lojas alugadas com um múltiplo de venda (30% a 35%) representativo de transações entre empresas de varejo. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando o crescimento de perpetuidade de 4,8% (5,5% em 2018) para os períodos que excedem os cinco anos e taxa de desconto de 8,4% (10,1% em 2018) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de reconhecimento de perda.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

# Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora						
	Saldo em: 31.12.2018	Adições	Remen- suração	Depreciação	Baixas	Transfe- rências(*)	Saldo em: 31.12.2019
Reapresentado							
Terrenos	991	-	-	-	(30)	(57)	904
Edifícios	1.179	4	-	(41)	(29)	(87)	1.026
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.033	64	-	(204)	(68)	266	2.091
Máquinas e equipamentos	861	190	-	(166)	(11)	101	975
Instalações	275	16	-	(38)	(6)	2	249
Móveis e utensílios	357	66	-	(59)	(11)	24	377
Imobilizado em andamento	115	590	-	-	-	(586)	119
Outros	32	28	-	(13)	-	(14)	33
<b>Total</b>	<b>5.843</b>	<b>958</b>	<b>-</b>	<b>(521)</b>	<b>(155)</b>	<b>(351)</b>	<b>5.774</b>
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>							
Edifícios	3.420	123	528	(388)	(105)	-	3.578
Equipamentos	1	-	-	(1)	-	-	-
	<b>3.421</b>	<b>123</b>	<b>528</b>	<b>(389)</b>	<b>(105)</b>	<b>-</b>	<b>3.578</b>
<b>Total</b>	<b>9.264</b>	<b>1.081</b>	<b>528</b>	<b>(910)</b>	<b>(260)</b>	<b>(351)</b>	<b>9.352</b>

	Controladora						
	Saldo em: 31.12.2017	Adições	Remen- suração	Depreciação	Baixas	Transfe- rências	Saldo em: 31.12.2018
	Reapresentado						Reapresentado
Terrenos	1.094	-	-	-	(56)	(47)	991
Edifícios	1.333	5	-	(44)	(70)	(45)	1.179
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.142	7	-	(196)	(54)	134	2.033
Máquinas e equipamentos	904	18	-	(165)	(56)	160	861
Instalações	306	13	-	(38)	(5)	(1)	275
Móveis e utensílios	365	8	-	(58)	(18)	60	357
Imobilizado em andamento	79	458	-	-	-	(422)	115
Outros	41	27	-	(14)	-	(22)	32
<b>Total</b>	6.264	536	-	(515)	(259)	(183)	5.843
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>							
Edifícios	3.336	129	331	(351)	(25)	-	3.420
Equipamentos	2	-	-	(1)	-	-	1
	3.338	129	331	(352)	(25)	-	3.421
<b>Total</b>	9.602	665	331	(867)	(284)	(183)	9.264

(\*) Referente aos ativos transferidos às subsidiárias Sendas Distribuidora e SCB como aumento de capital relacionado ao projeto de conversão de bandeiras.

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2019			Saldo em 31.12.2018		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
				Reapresentado		
Terrenos	904	-	904	991	-	991
Edifícios	1.659	(633)	1.026	1.898	(719)	1.179
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.859	(1.768)	2.091	3.666	(1.633)	2.033
Máquinas e equipamentos	2.445	(1.470)	975	2.247	(1.386)	861
Instalações	582	(333)	249	583	(308)	275
Móveis e utensílios	992	(615)	377	945	(588)	357
Imobilizado em andamento	119	-	119	115	-	115
Outros	143	(110)	33	136	(104)	32
	<b>10.703</b>	<b>(4.929)</b>	<b>5.774</b>	<b>10.581</b>	<b>(4.738)</b>	<b>5.843</b>
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Edifícios	6.461	(2.883)	3.578	5.980	(2.560)	3.420
Equipamentos	37	(37)	-	37	(36)	1
	<b>6.498</b>	<b>(2.920)</b>	<b>3.578</b>	<b>6.017</b>	<b>(2.596)</b>	<b>3.421</b>
<b>Total</b>	<b>17.201</b>	<b>(7.849)</b>	<b>9.352</b>	<b>16.598</b>	<b>(7.334)</b>	<b>9.264</b>



## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado									
	Saldo em: 31.12.2018	Adições	Aquisição de sociedades	Remen- suração	Depreciação	Baixas	Trans- ferência	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Desconso- lidação Via Varejo	Saldo em: 31.12.2019
	Reapresentado									Reapresentado
Terrenos	1.366	75	2.277	-	-	(30)	(36)	40	-	3.692
Edifícios	1.773	237	2.934	-	(67)	(29)	(29)	51	(1)	4.869
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.843	634	334	-	(332)	(382)	407	-	(63)	4.441
Máquinas e equipamentos	1.308	445	672	-	(264)	(36)	180	10	(34)	2.281
Instalações	501	86	64	-	(59)	(16)	30	(2)	(24)	580
Móveis e utensílios	595	163	300	-	(100)	(21)	80	6	(16)	1.007
Imobilizações em andamento	176	789	154	-	-	(6)	(903)	3	62	275
Outros	59	32	6	-	(24)	(2)	7	-	(4)	74
Total	9.621	2.461	6.741	-	(846)	(522)	(264)	108	(80)	17.219
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>										
Edifícios	4.422	792	1.727	832	(525)	(152)	52	32	(157)	7.023
Equipamentos	9	15	25	-	(5)	-	-	1	-	45
Terrenos	-	-	3	-	-	-	-	-	-	3
	4.431	807	1.755	832	(530)	(152)	52	33	(157)	7.071
Total	14.052	3.268	8.496	832	(1.376)	(674)	(212)	141	(237)	24.290

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado								
	Saldo em: 31.12.2017	Adições	Remen- suração	Depreciação	Baixas	Provisão para Impaiment	Trans- ferência	Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	Saldo em: 31.12.2018
	Reapresentado								Reapresentado
Terrenos	1.362	46	-	-	(56)	-	13	1	1.366
Edifícios	1.770	175	-	(57)	(71)	-	(46)	2	1.773
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.492	479	-	(292)	(124)	-	361	(73)	3.843
Máquinas e equipamentos	1.262	182	-	(235)	(79)	-	292	(114)	1.308
Instalações	487	76	-	(54)	(20)	-	27	(15)	501
Móveis e utensílios	540	92	-	(84)	(26)	-	116	(43)	595
Imobilizações em andamento	126	809	-	-	(13)	-	(755)	9	176
Outros	64	39	-	(24)	(31)	-	(8)	19	59
Total	9.103	1.898	-	(746)	(420)	-	-	(214)	9.621
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>									
Edifícios	4.174	338	1.184	(441)	(57)	(32)	(2)	(742)	4.422
Equipamentos	15	-	-	(5)	(1)	-	-	-	9
	4.189	338	1.184	(446)	(58)	(32)	(2)	(742)	4.431
Total	13.292	2.236	1.184	(1.192)	(478)	(32)	(2)	(956)	14.052

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2019			Saldo em 31.12.2018		
	Custo	Depreciação acumulada Reapresentado	Líquido	Custo	Depreciação acumulada Reapresentado	Líquido
Terrenos	3.692	-	3.692	1.366	-	1.366
Edifícios	5.712	(843)	4.869	2.585	(812)	1.773
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.065	(2.624)	4.441	5.868	(2.025)	3.843
Máquinas e equipamentos	4.864	(2.583)	2.281	2.957	(1.649)	1.308
Instalações	1.065	(485)	580	865	(364)	501
Móveis e utensílios	2.196	(1.189)	1.007	1.287	(692)	595
Imobilizado em andamento	275	-	275	176	-	176
Outros	256	(182)	74	206	(147)	59
	<b>25.125</b>	<b>(7.906)</b>	<b>17.219</b>	<b>15.310</b>	<b>(5.689)</b>	<b>9.621</b>
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Edifícios	10.655	(3.632)	7.023	7.449	(3.027)	4.422
Equipamentos	128	(83)	45	82	(73)	9
Terrenos	6	(3)	3	-	-	-
	<b>10.789</b>	<b>(3.718)</b>	<b>7.071</b>	<b>7.531</b>	<b>(3.100)</b>	<b>4.431</b>
Total	<b>35.914</b>	<b>(11.624)</b>	<b>24.290</b>	<b>22.841</b>	<b>(8.789)</b>	<b>14.052</b>

### 15.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota nº 22.8.

### 15.3 Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$26 (R\$22 em 31 de dezembro de 2018). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 136,11% (101,78% em 31 de dezembro de 2018) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

### 15.4 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
	Reapresentado		Reapresentado	
Adições (i)	1.081	665	3.268	2.236
Arrendamento	(122)	(308)	(806)	(519)
Juros capitalizados	(7)	(5)	(26)	(22)
Financiamento de imobilizado - Adições (ii)	(769)	(509)	(2.116)	(1.482)
Financiamento de imobilizado - Pagamentos (ii)	726	542	2.142	1.436
Total	<b>909</b>	<b>385</b>	<b>2.462</b>	<b>1.649</b>

- (i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (ii) As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

### 15.5 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas subsidiárias contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$118 na controladora (R\$97 em 31 de dezembro de 2018) e de R\$147 no consolidado (R\$126 em 31 de dezembro de 2018), referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

## 16. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos), cuja taxa de amortização é de 10,82%, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				
	Saldo 31.12.2018	Adições	Remensura -ção	Amorti- zação	Saldo 31.12.2019
Reapresentado					
Ágio	542	-	-	-	501
Fundo de comércio (nota nº16.2)	47	-	-	-	47
Softwares e implantação	563	161	-	(95)	750
	<b>1.152</b>	<b>161</b>	<b>-</b>	<b>(95)</b>	<b>1.298</b>
Arrendamento – direito de uso:					
Direito de uso Paes Mendonça (*)	587	-	5	(36)	556
Softwares	77	-	-	(22)	55
	<b>664</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>(58)</b>	<b>611</b>
<b>Total</b>	<b>1.816</b>	<b>161</b>	<b>5</b>	<b>(153)</b>	<b>1.909</b>

	Controladora				
	Saldo 31.12.2017	Adições	Aquisição de sociedades	Amorti- zação	Saldo 31.12.2018
Reapresentado					Reapresentado
Ágio	501	-	41	-	542
Fundo de comércio (nota nº16.2)	46	-	-	(2)	47
Softwares e implantação	509	139	-	(85)	563
	<b>1.056</b>	<b>139</b>	<b>41</b>	<b>(87)</b>	<b>1.152</b>
Arrendamento – direito de uso:					
Direito de uso Paes Mendonça (*)	-	179	-	(7)	587
Softwares	91	-	-	(25)	77
	<b>91</b>	<b>179</b>	<b>-</b>	<b>(32)</b>	<b>664</b>
<b>Total</b>	<b>1.147</b>	<b>318</b>	<b>41</b>	<b>(119)</b>	<b>1.816</b>

	Controladora			Controladora		
	Saldo em 31.12.2019			Saldo em 31.12.2018		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
					Reapresentado	
Ágio	1.359	(858)	501	1.400	(858)	542
Fundo de comércio (nota nº16.2)	47	-	47	47	-	47
Softwares e implantação	1.397	(647)	750	1.116	(553)	563
	<b>2.803</b>	<b>(1.505)</b>	<b>1.298</b>	<b>2.563</b>	<b>(1.411)</b>	<b>1.152</b>
Arrendamento – direito de uso:						
Direito de uso Paes Mendonça (*)	604	(48)	556	598	(11)	587
Softwares	313	(258)	55	216	(139)	77
	<b>917</b>	<b>(306)</b>	<b>611</b>	<b>814</b>	<b>(150)</b>	<b>664</b>
<b>Total</b>	<b>3.720</b>	<b>(1.811)</b>	<b>1.909</b>	<b>3.377</b>	<b>(1.561)</b>	<b>1.816</b>

(\*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas pelo prazo de 30 anos.

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado									
	Saldo 31.12.2018	Adições	Aquisição de socieda- des (*)	Amor- tização	Baixas	Remensura- ção	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Trans- ferências	Descon- solidação Via Varejo	Saldo 31.12.2019
	Reapresentado									Reapresentado
Ágio	1.148	-	165	-	-	-	3	(1)	-	1.315
Marcas	39	-	2.949	-	-	-	66	8	-	3.062
Fundo de comércio (nota nº16.2)	111	24	-	-	-	-	-	-	-	135
Software	621	274	60	(110)	(7)	-	1	124	(75)	888
	1.919	298	3.174	(110)	(7)	-	70	131	(75)	5.400
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>										
Direito de uso Paes Mendonça (**)	819	-	-	(45)	-	6	-	-	-	780
Softwares	80	-	-	(24)	(1)	-	-	-	1	56
	899	-	-	(69)	(1)	6	-	-	1	836
Total	2.818	298	3.174	(179)	(8)	6	70	131	(74)	6.236

(\*) Vide nota nº13.1 e 13.2.

(\*\*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas pelo prazo de 30 anos.

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado							
Saldo 31.12.2017	Adições	Aquisi- ção de socieda- des	Amor- tização	Baixas	Trans- ferências	Ativos mantidos à venda e operações desconti- nuadas	Saldo 31.12.2018
Reapresentado							Reapresentado
Ágio	1.107	-	41	-	-	-	1.148
Marcas	39	-	-	-	-	251	39
Fundo de comércio (nota nº16.2)	86	24	-	(5)	-	6	111
Software	551	534	-	(91)	(29)	(256)	621
	1.783	558	41	(96)	(29)	1	1.919
<b>Arrendamento – direito de uso:</b>							
Direito de uso Paes Mendonça (**)	-	179	-	(7)	-	647	819
Softwares	95	-	-	(27)	-	12	80
	95	179	-	(34)	-	659	899
Total	1.878	737	41	(130)	(29)	660	2.818

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2019			Saldo em 31.12.2018		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
	Reapresentado			Reapresentado		
Ágio	2.425	(1.110)	1.315	2.259	(1.111)	1.148
Marcas	3.062	-	3.062	39	-	39
Fundo de comércio (nota nº16.2)	135	-	135	111	-	111
Software	1.715	(827)	888	1.200	(579)	621
	7.337	(1.937)	5.400	3.609	(1.690)	1.919
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Direito de uso Paes Mendonça (**)	836	(56)	780	832	(13)	819
Software	321	(265)	56	225	(145)	80
	1.157	(321)	836	1.057	(158)	899
Total intangível	8.494	(2.258)	6.236	4.666	(1.848)	2.818

### 16.1 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O teste de recuperação (impairment test) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº15 Imobilizado.

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e as marcas adquiridos por meio de combinações de negócios e licenças com duração indefinida foi alocado às UGCs, que também são segmentos operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: varejo e atacado de autosserviços referente a marca “ASSAI”.



## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,4% (10,1% em 2018), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 4,8% (5,5% em 31 de dezembro de 2018). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

### *Análise de sensibilidade*

Com base no cenário provável, foi construída uma análise de sensibilidade para um aumento/diminuição de 0,5% na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Sendo que em qualquer combinação o valor do fluxo de caixa do segmento é superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

## 16.2 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio são testados seguindo as mesmas premissas utilizada nos demais testes de recuperabilidade da Companhia seguindo o prazo de utilização destes ativos.

## 16.3 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
	Reapresentado		Reapresentado	
Adições	161	318	298	737
Arrendamento	(1)	-	(1)	-
Financiamento de intangíveis – Adição	-	-	(23)	(59)
Financiamento de intangíveis – Pagamentos	-	-	46	37
Total	160	318	320	715

## 17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores de produtos	5.064	5.745	14.371	9.662
Fornecedores de serviços	411	390	977	491
Acordos comerciais (nota nº17.2)	(453)	(531)	(461)	(907)
	5.022	5.604	14.887	9.246

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia e suas subsidiárias possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas pela Companhia.

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente a critério do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros.

### 17.2 Acordos Comerciais

Incluem acordo comercial e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

# Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18. Empréstimos e financiamentos

### 18.1 Composição da dívida

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média ponderada	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado
<u>Debêntures e nota promissória</u>					
Debêntures e Certificados de recebíveis de agronegócio (nota nº18.4)	129,34% do CDI	3.978	4.146	11.863	4.146
		3.978	4.146	11.863	4.146
<u>Empréstimos e financiamentos</u>					
<u>Em moeda local</u>					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	4,01% a.a	4	6	27	37
Capital de giro	124,4% do CDI	509	238	1.008	238
Capital de giro	TR + 9,8% a.a.	15	17	99	112
Contratos de swap (nota nº 18.7)	101,44%	(2)	(2)	(12)	(11)
Custo de captação		(9)	-	(22)	(3)
		517	259	1.100	373
<u>Em moeda estrangeira</u>					
(nota nº18.5)					
Capital de giro	USD + 3,14% a.a.	845	189	846	843
Capital de giro	IBR 3M+2%	-	-	323	-
Carta de Crédito		-	-	12	-
Contratos de swap (nota nº18.7)	118,27% do CDI	(15)	(33)	(15)	(76)
Contratos de swap (nota nº18.7)	IBR 3M+2%	-	-	(19)	-
Contratos de NDF - Derivativos		-	-	(1)	-
Custo de captação		-	-	(1)	-
		830	156	1.145	767
Total		5.325	4.561	14.108	5.286
Ativo circulante		45	-	73	43
Ativo não circulante		2	35	13	44
Passivo circulante		2.016	1.306	3.488	1.981
Passivo não circulante		3.356	3.290	10.706	3.392

### 18.2 Movimentação dos empréstimos

	Controladora	Consolidado
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	4.704	5.438
Ajuste relacionado ao IFRS 16	(143)	(152)
<b>Saldo inicial reapresentado</b>	<b>4.561</b>	<b>5.286</b>
Captações	2.259	13.604
Provisão de juros	312	678
Contratos de derivativos	9	(11)
Marcação a mercado	(1)	(47)
Variação cambial e monetária	8	(13)
Custo de captação	9	31
Amortizações de juros	(274)	(504)
Amortizações de principal	(1.352)	(9.551)
Amortizações de derivativos	11	103
Aquisição de sociedades	-	4.527
Ajuste na conversão para moeda de apresentação	-	80
Desconsolidação Via Varejo	(217)	(75)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.325</b>	<b>14.108</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	4.087	4.560
Ajuste relacionado ao IFRS 16	(181)	(195)
<b>Saldo inicial reapresentado</b>	3.906	4.365
Captações	2.903	9.139
Provisão de juros	296	619
Contratos de derivativos	(53)	(126)
Marcação a mercado	5	12
Variação cambial e monetária	74	167
Custo de captação	12	13
Amortizações de juros	(396)	(758)
Amortizações de principal	(2.144)	(7.920)
Amortizações de derivativos	(42)	(9)
Passivos relacionados aos ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (nota nº33)	-	(216)
<b>Em 31 de dezembro de 2018 - reapresentado</b>	4.561	5.286

### 18.3 Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos incluindo derivativos reconhecidos no ativo e passivo não circulante

<u>Ano</u>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
De 1 a 2 anos	1.503	3.596
De 2 a 3 anos	1.352	3.444
De 3 a 4 anos	3	2.773
De 4 a 5 anos	169	386
Após 5 anos	336	559
Subtotal	3.363	10.758
Custo de captação	(9)	(65)
Total	3.354	10.693

# Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18.4 Debêntures, nota promissória e certificados de recebíveis de agronegócio

	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	Controladora		Consolidado	
				Emissão	Vencimento			31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
13ª emissão de Debêntures - CBD e Certificado de recebíveis de agronegócio	Sem preferência	1.012	1.012.500	20/12/16	20/12/19	97,50% do CDI	-	-	1.014	-	1.014
14ª emissão de Debêntures - CBD e Certificado de recebíveis de agronegócio	Sem preferência	1.080	1.080.000	17/04/17	13/04/20	96,00% do CDI	1.010	1.091	1.094	1.091	1.094
15ª emissão de Debêntures - CBD	Sem preferência	800	800.000	17/01/18	15/01/21	104,75% do CDI	1.027	821	824	821	824
16ª Emissão de Debêntures - CBD - 1ª Série	Sem preferência	700	700.000	11/09/18	10/09/21	106% do CDI	1.016	712	714	712	714
16ª Emissão de Debêntures - CBD - 2ª Série	Sem preferência	500	500.000	11/09/18	12/09/22	107,4% do CDI	1.017	508	510	508	510
4ª Emissão de Notas Promissórias – CBD	Sem preferência	800	800	10/01/19	09/01/22	105,75% do CDI	1.061.280	849	-	849	-
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 1ª série	Sem preferência	50	1	04/07/19	03/07/20	CDI + 0,72% a.a.	51.537.614	-	-	52	-
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 2ª série	Sem preferência	50	1	04/07/19	05/07/21	CDI + 0,72% a.a.	51.537.614	-	-	52	-
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 3ª série	Sem preferência	50	1	04/07/19	04/07/22	CDI + 0,72% a.a.	51.537.614	-	-	52	-
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 4ª série	Sem preferência	250	5	04/07/19	04/07/23	CDI + 0,72% a.a.	51.537.614	-	-	258	-
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 5ª série	Sem preferência	200	4	04/07/19	04/07/24	CDI + 0,72% a.a.	51.537.614	-	-	206	-
1ª Emissão de Notas promissórias - Sendas - 6ª série	Sem preferência	200	4	04/07/19	04/07/25	CDI + 0,72% a.a.	51.537.614	-	-	206	-
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 1ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/19	20/08/20	CDI + 1,60% a.a.	500	-	-	1.001	-
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 2ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/19	20/08/21	CDI + 1,74% a.a.	1.022	-	-	2.044	-
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 3ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/19	20/08/22	CDI + 1,95% a.a.	1.023	-	-	2.046	-
1ª Emissão de Debêntures - Sendas - 4ª série	Sem preferência	2.000	2.000.000	04/09/19	20/08/23	CDI + 2,20% a.a.	1.024	-	-	2.047	-
Custo de captação								(3)	(10)	(82)	(10)
								<b>3.978</b>	<b>4.146</b>	<b>11.863</b>	<b>4.146</b>
Passivo circulante								<b>1.130</b>	1.068	<b>2.287</b>	1.068
Passivo não circulante								<b>2.848</b>	3.078	<b>9.576</b>	3.078

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

A amortização dessas debêntures ocorre com um pagamento exclusivo no vencimento com remuneração semestral (13<sup>a</sup>, 14<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup> e 16<sup>a</sup> emissão da CBD).

A 13<sup>a</sup> e 14<sup>a</sup> emissão têm direito a resgate antecipado a qualquer tempo, a 15<sup>a</sup> emissão a partir de 15 de dezembro de 2018 e a 16<sup>a</sup> a partir de 10 de dezembro de 2018, ambas de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.

Em 17 de abril de 2017, a CBD realizou a 14<sup>a</sup> emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, as quais foram colocadas de forma privada junto à Ares Serviços Imobiliários Ltda., que por sua vez, cedeu e transferiu para a Ápice Securitizadora S.A., a qual adquiriu as Debêntures e os Direitos Creditórios do Agronegócio (CRA) com o propósito de vinculá-los a 7<sup>a</sup> série da 1<sup>a</sup> emissão de certificados de recebíveis do agronegócio. Os recursos se destinam exclusivamente à compra de produtos agropecuários e hortifrutigranjeiros, tais como frutas, verduras, legumes, laticínios, aves e outras proteínas animais in natura diretamente dos produtores rurais e/ou cooperativas rurais. O montante de R\$1.080 captado tem vencimento em 13 de abril de 2020, com juros de 96% do CDI pagos semestralmente.

Em 17 de janeiro de 2018, a CBD realizou a 15<sup>a</sup> emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. Os recursos captados destinam-se ao reforço do capital de giro e alongamento do perfil de endividamento. O montante de R\$800 captado tem vencimento em 15 de janeiro de 2021, com juros de 104,75% do CDI pagos semestralmente.

Em 11 de setembro de 2018, a CBD realizou a 16<sup>a</sup> emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries. Os recursos captados destinam-se ao reforço do capital de giro e alongamento do perfil de endividamento. O montante total captado foi de R\$1.200, sendo 10 de setembro de 2021 o vencimento da 1<sup>a</sup> série e 12 de setembro de 2022 o da 2<sup>a</sup> série, com juros de 106,00% do CDI para primeira série e de 107,40% para segunda série com pagamento semestral.

No terceiro trimestre de 2019 ocorreu a 1<sup>a</sup> emissão de notas promissórias comerciais de Sendas em 6 séries, com valor nominal de R\$50 a R\$250 reais e total de R\$800.

Em 17 de dezembro de 2018, a CBD aprovou a 4<sup>a</sup> emissão de notas promissórias em série única. Os recursos captados destinam-se ao reforço do capital de giro e alongamento do perfil de endividamento. O montante total captado foi de R\$800, com vencimento em 09 de janeiro de 2022 e juros de 105,75% do CDI.

No período também ocorreu a 1<sup>a</sup> emissão de Sendas de debêntures simples, não conversíveis em ação, em quatro séries com valor nominal de R\$2.000 reais cada, com prazo de vencimento entre 1 e 4 anos, no valor total de R\$8.000. Tais recursos foram utilizados para financiar a aquisição de ações do Éxito em conexão com a proposta de reorganização das operações na América Latina, conforme divulgado na nota nº 13.

### 18.5 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2019, o GPA possuía empréstimos em moeda estrangeira (dólar) para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento.

### 18.6 Garantias

A Companhia assinou notas promissórias para alguns contratos de empréstimos.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18.7 Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos têm o mesmo prazo da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados com o mesmo grupo econômico. A taxa média ponderada anual do CDI em dezembro de 2019 foi de 5,96% (6,42% em 31 de dezembro de 2018).

### 18.8 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e nota promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2019, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

### 18.9 Total Return Swap ("TRS")

A Companhia vendeu 50.000.000 de ações representativas de 3,8% de participação em Via Varejo através de um leilão na B3 no dia 27 de dezembro de 2018 pelo montante de R\$218. No dia 21 de dezembro de 2018 foi assinado um contrato com um banco prevendo a venda descrita e definindo um Total Return Swap ("TRS") sobre a mesma quantidade de ações. O contrato foi integralmente liquidado durante o mês de fevereiro.

Em 20 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou um novo contrato de TRS, autorizando a venda de 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias da Via Varejo detidas pela Companhia, correspondentes a 3,09% do capital social da Via Varejo, pelo montante de R\$ 200. Esta venda foi realizada na B3 em 25 de fevereiro de 2019. Apesar da titularidade das ações ter sido transferida, a Companhia tinha o risco de ajuste de valor de mercado destas ações nas vendas futuras do banco que, com base no IFRS 9/CPC 48, determina que as ações contabilmente não sejam desreconhecidas. Em abril de 2019 o saldo foi liquidado.

### 18.10 Hedge de fluxo de caixa

A Companhia fez uso de contratos em moeda estrangeira (NDF - Non Deliverable Forward) para se proteger da variação cambial do COP/BRL em virtude do processo de reorganização da operação na América Latina descrito na nota nº13.1. Os contratos de NDFs foram designados para hedge de fluxo de caixa e já estão encerrados em 31 de dezembro de 2019. O efeito resultante dessa transação foi considerado na consideração paga na aquisição de Éxito.



# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 19 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias comprometem-se a comprar ou vender o ativo.

### (i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados ("VJORA") – ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

## (ii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa.
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas subsidiárias cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas subsidiárias.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## (iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

## Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício.
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida por meio das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela B3 e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos derivativos são registrados como hedge de fluxo de caixa, adotando os seguintes procedimentos:

- A parte eficaz do ganho, ou perda, do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e caso a proteção deixe de atender ao índice de *hedge*, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar “reequilibrar” o índice de *hedge* para atender os critérios de qualificação.
- Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de *hedge* (inclusive decorrentes do “reequilíbrio” do índice de *hedge*) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.
- Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de *hedge* ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.
- A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de *hedge* somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).
- Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

## Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro
- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja a carteira de recebíveis é pulverizada, alugueis a receber, contas a receber atacado e contas a receber de transportadoras, é aplicado o expediente pratico por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contra parte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração de perdas de crédito esperadas - Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável - Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em 'despesas com vendas'.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contas a receber e ativos contratuais - A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e
- Status de inadimplência risco de default e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Valor contábil</b>		<b>Valor contábil</b>	
	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
	Reapresentado		Reapresentado	
<b>Ativos financeiros:</b>				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas – ativo	<b>248</b>	341	<b>104</b>	34
Contas a receber e outras contas a receber	<b>531</b>	627	<b>924</b>	695
Outros ativos	-	-	<b>51</b>	-
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	<b>2.863</b>	2.935	<b>7.954</b>	4.369
Instrumentos Financeiros – <i>Hedge</i> de valor justo	<b>47</b>	35	<b>86</b>	87
Outros ativos	-	-	<b>2</b>	-
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>				
Contas a receber com administradoras de cartão de crédito e tickets de vendas	<b>50</b>	70	<b>377</b>	123
Outros ativos	-	-	<b>19</b>	-
<b>Passivos financeiros:</b>				
<u>Outros passivos financeiros - custo amortizado</u>				
Partes relacionadas – passivo	<b>(234)</b>	(316)	<b>(215)</b>	(145)
Fornecedores	<b>(5.022)</b>	(5.604)	<b>(14.887)</b>	(9.246)
Financiamento por compra de ativo	<b>(127)</b>	(68)	<b>(231)</b>	(149)
Debêntures e notas promissória	<b>(3.978)</b>	(4.146)	<b>(11.863)</b>	(4.146)
Empréstimos e financiamentos	<b>(503)</b>	(244)	<b>(1.348)</b>	(271)
Arrendamento Financeiro	<b>(4.921)</b>	(4.670)	<b>(8.667)</b>	(5.787)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos (Objeto de <i>Hedge accounting</i> )	<b>(861)</b>	(206)	<b>(944)</b>	(956)
Instrumentos Financeiros - <i>Hedge</i> de valor justo - Ponta Passiva	<b>(30)</b>	-	<b>(39)</b>	-
Instrumentos Financeiros s/ fornecedores - <i>Hedge</i> de valor justo - Ponta Passiva	-	-	<b>(8)</b>	-
Opção de venda Grupo Disco (*)	-	-	<b>(466)</b>	-

(\*) Vide nota nº 19.3.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgado na nota nº19.3.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 19.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

### (i) Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações das instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados.
- Contas a receber: o risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são vendidos aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado efetuando transações de acordo com as políticas aprovadas pelos órgãos de governança.
- Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

### (ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros.

### (iii) Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

O Grupo Éxito utiliza derivativos como proteção para variação cambial sobre importações.

### (iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
	Reapresentado		Reapresentado	
Caixa e equivalentes de caixa	2.863	2.935	7.954	4.369
Instrumentos Financeiros – Hedge de valor justo	17	35	39	87
Empréstimos e financiamentos	(5.342)	(4.596)	(14.155)	(5.373)
Outros passivos de partes relacionadas (*)	(124)	(138)	(124)	(138)
Dívida Líquida	(2.586)	(1.764)	(6.286)	(1.055)
Patrimônio Líquido	(10.940)	(10.234)	(13.548)	(13.159)
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	24%	17%	46%	8%

(\*) Representa o saldo a pagar a Greenyellow, referente à compra de equipamentos.

### a. Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

#### a) Controladora

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	907	317	376	1.600
Debêntures e nota promissória	1.203	3.064	-	4.267
Instrumentos financeiros derivativos	(3)	(2)	-	(5)
Passivo de arrendamento	1.042	3.242	6.103	10.387
Fornecedores	5.022	-	-	5.022
<b>Total</b>	<b>8.171</b>	<b>6.621</b>	<b>6.479</b>	<b>21.271</b>

#### b) Consolidado

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.249	1.054	407	2.710
Debêntures e nota promissória	2.675	10.694	312	13.681
Instrumentos financeiros derivativos	3	(13)	(3)	(13)
Passivo de arrendamento	1.747	5.483	9.444	16.674
Fornecedores	14.887	-	-	14.887
<b>Total</b>	<b>20.561</b>	<b>17.218</b>	<b>10.160</b>	<b>47.939</b>

### b. Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de referência dos contratos era R\$955 (R\$883 em 31 de dezembro de 2018). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores (“caps”), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* ou *forwards* tradicionais para proteção de dívidas.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de hedge é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de hedges contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (hedge accounting), conforme o CPC 48 (IFRS 9), a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor justo	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Swap com contabilização de hedge		955	883	944	955
Objeto de hedge (dívida)					
Posição ativa (comprada)					
Taxa prefixada	TR + 9,80% a.a.	127	127	99	112
US\$ + fixa	USD + 3,14 % a.a.	828	756	846	843
		955	883	945	955
Posição passiva (vendida)					
	118,27% do CDI	(955)	(883)	(917)	(868)
Posição de hedge - ativo		-	-	57	87
Posição de hedge - passivo		-	-	(29)	-
Posição de hedge líquida		-	-	28	87

realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber pelo seu valor justo é de R\$28 (a receber de R\$87 em 31 de dezembro de 2018), o ativo está registrado na rubrica de “Instrumentos financeiros” e o passivo em “Empréstimos e financiamentos”.

Os efeitos de *hedge* ao valor justo por meio resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 resultaram em um ganho de R\$24 (ganho de R\$6 em 31 de dezembro de 2018).

### (v) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap*, que são divulgadas pela B3.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais “versus” CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$4,47 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 4,89% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

#### (i) Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco (variação do CDI)	Saldo em 31.12.2019	Projeção de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contrato de <i>swap</i> de taxa pré-fixada (ponta passiva)	101,44% do CDI	(86)	(211)	(214)	(218)
Contrato de <i>swap</i> cambial (ponta passiva)	118,27% do CDI	(831)	(860)	(904)	(916)
Debêntures e notas promissórias	132,69% do CDI	(10.853)	(11.380)	(11.512)	(11.644)
Debêntures (2ª Emissão CRA)	96,00% do CDI	(1.091)	(1.142)	(1.154)	(1.167)
Empréstimos bancários - CBD	124,49% do CDI	(1.008)	(1.058)	(1.071)	(1.083)
Exposição total a empréstimos e financiamentos		(13.869)	(14.651)	(14.855)	(15.028)
Equivalentes de caixa (*)	89,94% do CDI	4.471	4.468	4.717	4.766
Exposição líquida:		(9.398)	(10.183)	(10.138)	(10.262)
Efeito líquido - perda:			(785)	(740)	(864)

(\*) média ponderada

O teste de sensibilidade do Grupo Éxito considera o ambiente econômico em que a empresa opera. No cenário I são utilizadas as últimas taxas conhecidas, no cenário II é considerado um acréscimo de 10% e no cenário III um decréscimo de 10%.

Cenário I: Índice Bancário de Referência na Colômbia (IBR) disponível na data de fechamento de 4,134%.

Cenário II: acréscimo de 0,4134% no IBR e para Libor a 90 dias um acréscimo de 0,1763%

Cenário III: decréscimo de 0,4134% no IBR e para Libor a 90 dias um decréscimo de 0,1763%

Transações	Saldo em 31.12.2019	Projeção de mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos bancários e swap	(320)	(320)	(321)	(320)

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19.3 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 (IFRS13), os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o “benchmarking” do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Nível
	31.12.2019	31.12.2019	
Ativos e passivos financeiros			
Contas a receber com administradores de cartões de crédito e tickets de venda	377	377	2
Swaps de taxa de juros entre moedas	15	15	2
Swaps de taxa de juros	25	25	2
Forward entre Moedas	(1)	(2)	2
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(944)	(944)	2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(13.211)	(12.528)	2
Opção de venda Grupo Disco (*)	(466)	(466)	3
Total	(14.205)	(13.523)	

(\*) os acionistas minoritários da entidade Grupo Disco del Uruguay S.A., subsidiária do Grupo Éxito, têm uma opção de venda exercível baseada em uma fórmula que utiliza informações como lucro líquido, EBITDA – lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização e dívida líquida, além dos valores fixos determinados em contrato e a variação cambial aplicável para conversão à moeda funcional. Essa opção de venda foi apresentada em “Aquisição de participação minoritária”.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Os *swaps* de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

### 19.4 Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas subsidiárias mantem contratos de derivativos nas seguintes instituições financeiras: Itaú BBA, Bradesco, Banco Tokyo, Scotiabank, Credit Agricole Corporate, Banco de Bogotá, BBVA, BNP, BBVA, Davivenda, Bancolombia, HSBC e Corficolombia.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Risco	Valor de referência	Vencimento	Consolidado	
			31.12.2019	31.12.2018
<u>Dívida</u>				
USD - BRL		2019	-	43
USD - BRL	US\$ 210	2020	16	33
Taxa de juros - BRL	R\$ 21	2026	2	2
Taxa de juros - BRL	R\$ 106	2027	10	9
<b>Derivativos - Hedge de valor justo -Seg. Brasil</b>			<b>28</b>	<b>87</b>
<u>Dívida</u>				
USD - COP	US\$ 211	2020	20	-
USD - COP	US\$ 3	2022	1	-
Taxa de juros - COP	COP 673.109	2020	(1)	-
Taxa de juros - COP	COP 138.440	2021	(1)	-
			<b>19</b>	<b>-</b>
<u>Fornecedores</u>				
EUR - COP	EUR 2	2020	-	-
USD - COP	USD 56	2020	(8)	-
			<b>(8)</b>	<b>-</b>
<b>Derivativos - Grupo Éxito</b>			<b>11</b>	<b>-</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e ao Imposto sobre Serviços - ISS, calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e são apresentados líquidos da receita de vendas.

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas, incidente sobre uma compra de ativos ou serviços, não é recuperável com a autoridade fiscal, nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

#### 20.1 Impostos, contribuições a recolher e impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Impostos parcelados Lei nº 11.941/09 (ii)	354	432	355	432
Impostos parcelados – PERT (i)	162	169	162	169
ICMS	50	62	96	88
PIS e COFINS	4	4	7	8
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	26	-	115
Imposto de renda retido na fonte	1	1	1	2
INSS	1	1	6	4
Outros	7	12	60	23
Impostos – Grupo Éxito	-	-	220	-
	<b>579</b>	<b>707</b>	<b>907</b>	<b>841</b>
Circulante	203	236	531	370
Não circulante	376	471	376	471

(i) A Companhia decidiu incluir débitos tributários federais no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, conforme condições descritas na Lei nº13.496, de 24 de outubro de 2017. Além do pagamento em parcelas, o PERT outorga reduções nos montantes de multa e juros. A Companhia incluiu débitos relacionados a (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS/COFINS), (ii) não homologação de compensações (IRPJ, PIS/COFINS); além dos débitos anteriormente classificados com risco de perda possível relacionados principalmente a CPMF (nota nº22.2). O PERT está sendo liquidado em parcelas mensais em 12 anos. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento.

(ii) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº11.941/09) - a Lei nº11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, e concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporciona pela adesão a esse parcelamento. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2 Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados no passivo não circulante ocorrerá conforme indicado a seguir:

<u>Em</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
De 1 a 2 anos	105
De 2 a 3 anos	104
De 3 a 4 anos	92
De 4 a 5 anos	13
Após 5 anos	62
	<b>376</b>

## 21. Imposto de renda e contribuição social

### *Imposto de renda e contribuição social correntes*

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

### *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos somente se forem prováveis que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável do qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

### 21.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Lucro antes do IR e CSLL (operações continuadas)	345	1.188	760	1.569
Despesa de IR e CSLL à alíquota nominal de 25% para a controladora e 34% para suas subsidiárias	(86)	(297)	(323)	(532)
Multas fiscais indedutíveis	(16)	(20)	(18)	(22)
Equivalência patrimonial	241	287	(2)	15
Juros sobre capital próprio (*)	(4)	59	80	93
Benefícios fiscais	6	15	19	15
Outras diferenças permanentes	(8)	5	(28)	18
Imposto de renda e contribuição social efetivo	133	49	(272)	(413)
Imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Correntes	165	(36)	(96)	(347)
Diferidos	(32)	85	(176)	(66)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	133	49	(272)	(413)
Taxa efetiva	-38,55%	-4,12%	35,79%	26,32%

A despesa de imposto de renda apurada na venda da Via Varejo totalizou R\$199 (vide nota nº12.3) na controladora, apresentada no resultado das operações descontinuadas.

A CBD não paga contribuição social com base em uma ação judicial transitada em julgado favorável no passado, portanto a alíquota é 25%.

(\*) Efeito de imposto de renda sobre juros sobre capital próprio.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
	Reapresentado			Reapresentado		
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	140	-	140	167	-	167
Provisão para demandas judiciais	212	-	212	230	-	230
Amortização fiscal de ágio	-	(123)	(123)	-	(56)	(56)
Ajuste a marcação a mercado	-	(4)	(4)	2	-	2
Inovação tecnológica realização futura	-	(7)	(7)	-	(10)	(10)
Depreciação fiscal de itens de imobilizado	-	(142)	(142)	-	(125)	(125)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(101)	(101)	-	(88)	(88)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	252	-	252	217	-	217
Outras	58	-	58	60	(131)	(71)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	662	(377)	285	676	(410)	266
Compensação	(377)	377	-	(410)	410	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	285	-	285	266	-	266

  

	Consolidado					
	31.12.2019			31.12.2018		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
	Reapresentado			Reapresentado		
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	453	-	453	198	-	198
Provisão para demandas judiciais	321	-	321	292	-	292
Amortização fiscal de ágio	-	(604)	(604)	-	(601)	(601)
Ajuste a marcação a mercado	-	(7)	(7)	-	(1)	(1)
Inovação tecnológica realização futura	-	(7)	(7)	-	(10)	(10)
Depreciação fiscal de itens de imobilizado	-	(1.359)	(1.359)	-	(128)	(128)
Ganhos não realizados com créditos tributários	82	(322)	(240)	-	(222)	(222)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	356	-	356	274	-	274
Hedge de fluxo de caixa	-	(80)	(80)	-	-	-
Outras	117	-	117	112	(139)	(27)
Imposto presumido sobre o patrimônio - Êxito	192	-	192	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	1.521	(2.379)	(858)	876	(1.101)	(225)
Compensação	(1.184)	1.184	-	(578)	578	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	337	(1.195)	(858)	298	(523)	(225)



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
		Reapresentado
Em 1 ano	124	312
De 1 a 2 anos	111	357
De 2 a 3 anos	71	246
De 3 a 4 anos	40	158
De 4 a 5 anos	37	58
Acima de 5 anos	279	390
	<b>662</b>	<b>1.521</b>

### 21.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
<b>No início do exercício</b>	<b>172</b>	<b>112</b>	<b>(374)</b>	<b>(269)</b>
Ajuste relacionado ao IFRS 16	94	130	149	174
<b>Saldo inicial reapresentado</b>	<b>266</b>	<b>242</b>	<b>(225)</b>	<b>(95)</b>
Crédito (despesa) no exercício –				
Operações continuadas	(32)	85	(176)	(66)
Despesas no exercício – Operações				
descontinuadas	-	-	(122)	(87)
IR sobre Operações descontinuadas	55	(59)	314	(61)
IR sobre outros resultados abrangentes -				
Operações continuadas	-	(2)	1	(1)
IR sobre outros resultados abrangentes -				
Operações descontinuadas	-	-	-	3
Programa Especial de Regularização				
Tributária – PERT – Operações				
descontinuadas – uso de prejuízos fiscais	-	-	(2)	(2)
Aquisição de sociedades	-	-	(747)	-
Ajuste de conversão para moeda de				
apresentação	-	-	(18)	-
Ativos mantidos à venda e operações				
descontinuadas (vide nota nº33)	-	-	122	84
Outros	(4)	-	(5)	-
<b>No final do exercício</b>	<b>285</b>	<b>266</b>	<b>(858)</b>	<b>(225)</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Provisão para demandas judiciais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia e suas subsidiárias têm como política o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

#### 22.1 Controladora

	<b>Tributárias</b>	<b>Previdenciárias e trabalhistas</b>	<b>Cíveis e Regulatórias</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	679	231	77	987
Adições	129	130	62	321
Pagamentos	(28)	(55)	(26)	(109)
Reversões	(152)	(98)	(42)	(292)
Atualização monetária	(11)	28	16	33
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>617</b>	<b>236</b>	<b>87</b>	<b>940</b>

	<b>Tributárias</b>	<b>Previdenciárias e trabalhistas</b>	<b>Cíveis e Regulatórias</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	436	274	102	812
Adições	338	92	87	517
Pagamentos	(2)	(73)	(42)	(117)
Reversões	(96)	(94)	(86)	(276)
Atualização monetária	3	32	16	51
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>679</b>	<b>231</b>	<b>77</b>	<b>987</b>

#### 22.2 Consolidado

	<b>Tributárias</b>	<b>Previdenciárias e trabalhistas</b>	<b>Cíveis e Regulatórias</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	828	291	116	1.235
Adições	149	449	162	760
Pagamentos	(41)	(328)	(84)	(453)
Reversões	(274)	(200)	(92)	(566)
Atualização monetária	(10)	66	23	79
Aquisição de Sociedade	76	13	14	103
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	2	-	-	2
Desconsolidação Via Varejo	111	28	6	145
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>841</b>	<b>319</b>	<b>145</b>	<b>1.305</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Tributárias</b>	<b>Previdenciárias e trabalhistas</b>	<b>Cíveis e Regulatórias</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	637	331	139	1.107
Adições	387	997	362	1.746
Pagamentos	(2)	(812)	(207)	(1.021)
Reversões	(158)	(597)	(262)	(1.017)
Atualização monetária	4	119	37	160
Passivos relacionados a ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota nº33)	(40)	253	47	260
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	828	291	116	1.235

### 22.3 Tributárias

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

#### PIS, COFINS e outros

Correspondem a assuntos tais como não homologação de compensações, incluindo valores de menor expressão, que em 31 de dezembro de 2019 totalizam R\$4 (R\$86 em 31 de dezembro de 2018).

Remanesceram outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas pela Companhia. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) questionamentos ao Fisco Estadual sobre a alíquota do ICMS calculadas nas faturas de energia elétrica; (iii) crédito indevido (iv) não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, em razão de decisão desfavorável no Tribunal (v) outros assuntos. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2019 para esses assuntos é R\$345 (R\$340 em 31 de dezembro de 2018).

#### ICMS

Em decorrência do julgamento do Supremo Tribunal Federal ("STF"), em 16 de outubro de 2014, foi decidido que os contribuintes de ICMS que comercializam produtos que compõem a cesta básica não têm direito de utilizar integralmente os créditos do referido imposto. A Companhia, com auxílio de seus assessores externos, entendeu adequado efetuar o provisionamento a respeito do assunto no valor de R\$50 em 31 de dezembro de 2019 (R\$92 em 31 de dezembro de 2018), por considerar esta demanda como perda "provável". Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Administração do desembolso provável de caixa necessário para liquidar esta demanda. Em 9 de maio de 2019, o STF confirmou o entendimento proferido anteriormente e não acatou o pedido de modulação dos efeitos da decisão. No entanto, tal decisão não trouxe grandes impactos nas informações financeiras da Companhia, uma vez que o valor já era provisionado em sua totalidade.

Adicionalmente, existem autuações pelo fisco do Estado de São Paulo em relação ao ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº17. Considerando os andamentos processuais ocorridos em 2019, a Companhia mantém provisão de R\$268 (R\$221 em 31 de dezembro de 2018), que representa a melhor

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estimativa da administração do efeito provável de perda, relacionado ao aspecto probatório do processo.

## Lei complementar nº 110/01

A Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$96 (R\$88 em 31 de dezembro de 2018).

## Grupo Êxito

A subsidiária Êxito e suas controladas discutem temas tributários relacionados ao imposto de valor agregado, imposto de propriedade e impostos de indústria e comércio no montante de R\$ 78 em 31 de dezembro de 2019.

### 22.4 Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha provisão no montante de R\$319 (R\$291 em 31 de dezembro de 2018). A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

### 22.5 Cíveis, regulatórias e outros

A Companhia e suas subsidiárias respondem a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia e suas subsidiárias ajuizaram e respondem a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que é provável que será alterado o valor da locação atualmente pago pela companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o montante da provisão para essas ações é de R\$68 (R\$49 em 31 de dezembro de 2018), para as quais não há depósitos judiciais.
- A Companhia e suas subsidiárias ajuíza e respondem a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2019, o montante da provisão para essas ações é de R\$24 (R\$27 em 31 de dezembro de 2018).
- A subsidiária Êxito e suas controladas respondem a algumas ações judiciais relacionadas a casos de responsabilidade civil, processos por condições locatícias e demais temas no montante de R\$ 17 em 31 de dezembro de 2019.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Em relação a valores provisionados remanescentes a outros assuntos de alçada cível em 31 de dezembro de 2019 é de R\$36 (R\$40 em 31 de dezembro de 2018).

O total das demandas cíveis e regulatórias em 31 de dezembro de 2019 é de R\$145 (R\$116 em 31 de dezembro de 2018).

### 22.6 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como probabilidade de perdas possíveis, portanto, não provisionadas. Os processos possíveis totalizam um montante atualizado de R\$10.829 em 31 de dezembro de 2019 (R\$10.671 em 31 de dezembro de 2018), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – O GPA foi autuado pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$453 em 31 de dezembro de 2019 (R\$420 em 31 de dezembro de 2018). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.
- IRPJ, IRRF, CSLL, IOF - O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões, glosa de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$1.055 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.021 em 31 de dezembro de 2018).
- COFINS, PIS e IPI – A Companhia vem sendo questionada sobre compensações não homologadas; multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de COFINS e PIS, exigência de IPI na revenda de produtos importados, dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$2.022 de 31 de dezembro de 2019 (R\$1.985 em 31 de dezembro de 2018).
- ICMS - o GPA foi autuado pelos fiscos estaduais quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) incidentes sobre a própria operação de aquisição das mercadorias (ICMS próprio) – art. 271 do RICMS/SP; (iv) decorrentes da comercialização de garantia estendida; (v) decorrentes de vendas financiadas; e (vi) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$6.773 em 31 de dezembro de 2019 (R\$6.582 em 31 de dezembro de 2018), as quais aguardam julgamento tanto na esfera administrativa como na judicial.
- ISS, IPTU, Taxas e outros – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS e taxas diversas, cujo valor monta R\$123 de 31 de dezembro de 2019 (R\$150 em 31 de dezembro de 2018) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- Outras demandas judiciais – referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$403 de 31 de dezembro de 2019 (R\$513 em 31 de dezembro de 2018).
- A subsidiária Éxito e suas controladas possuem um montante de R\$ 72 de processos com probabilidade de perdas possíveis em 31 de dezembro de 2019, em sua maioria relacionados a temas tributários.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui processos relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ, as quais, na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, a Companhia tem direito de indenização de seus antigos e atuais acionistas, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2013, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio. O valor envolvido é de R\$1.409 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.317 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da GLOBEX anteriores a associação com Casas Bahia (Via Varejo). Em 31 de dezembro de 2019, o montante envolvido de processos tributários é R\$484 (R\$399 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2019 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$205 (R\$186 em 31 de dezembro de 2018).

### 22.7 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais de montantes equivalentes às decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais, registrados em seu ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Tributárias	172	168	242	237
Trabalhistas	424	417	474	463
Cíveis e outras	43	39	79	76
Total	<b>639</b>	<b>624</b>	<b>795</b>	<b>776</b>

### 22.8 Garantias

Ações	Imóveis		Carta de fiança / Seguro garantia		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Tributárias	<b>843</b>	838	<b>9.162</b>	9.033	<b>10.005</b>	9.871
Trabalhistas	-	3	<b>539</b>	190	<b>539</b>	193
Cíveis e outras	<b>11</b>	12	<b>469</b>	433	<b>480</b>	445
Total	<b>854</b>	<b>853</b>	<b>10.170</b>	<b>9.656</b>	<b>11.024</b>	<b>10.509</b>

O custo das garantias é aproximadamente 0,59% do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

### 22.9 Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas subsidiárias passaram a requerer o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições. Em 15 de março de 2017, com sede em repercussão geral, o STF determinou que o ICMS deve ser excluído das bases de cálculo do PIS e da Cofins, em linha com a tese pleiteada pela Companhia.

Desde a decisão do STF em 15 de março de 2017, os andamentos processuais estiveram dentro do antecipado por nossos assessores legais sem qualquer alteração no julgamento da administração, todavia sem que houvesse a decisão final sobre o recurso interposto pela procuradoria. A Companhia e seus assessores estimam que a decisão sobre este recurso não limitará o direito da

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ação judicial proposta pela Companhia, no entanto, os elementos do processo ainda estão pendentes de decisão e não permitem o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados desde o ingresso da ação em 2003. As subsidiárias que tiveram o processo transitado em julgado registraram no ano de 2019 o montante de R\$382, sendo R\$198 no resultado financeiro. A Companhia ainda estima o valor potencial dos créditos no valor de R\$1.184.

## 22.10 Arbitragem Imóveis Península

Em 12 de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá acerca de pedido de instauração de arbitragem apresentado por Banco Ourinvest S.A., instituição financeira, na qualidade de administradora e agindo exclusivamente no interesse dos quotistas do Fundo de Investimento Imobiliário Península ("Península" e o "Procedimento").

O Procedimento visa discutir o cálculo do valor locatício, assim como outras questões operacionais relacionadas às lojas de propriedade da Península, objeto de contratos de locação e acordos celebrados em 2005 (os "Contratos"). Os Contratos asseguram à CBD o uso e exploração comercial dos referidos imóveis por 20 anos a contar da sua celebração, renováveis por mais 20 anos, a critério exclusivo da CBD, e regulam os valores de locação.

O Procedimento trata também de questões derivadas da aplicação dos Contratos, e não afeta a continuidade das locações, contratualmente asseguradas. Os valores sobre os quais a Companhia está exposta não podem ser determinados com razoável segurança com base no estágio atual do processo arbitral. A Administração da Companhia determinou que as possibilidades de perda são possíveis, com base na opinião dos assessores jurídicos externos.

## 23. Operações de arrendamento mercantil

### 23.1 Obrigações de arrendamento mercantil

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

#### A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5.000 (cinco mil dólares).

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso (notas nº 15 e 16), ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

### A Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$8.667 em 31 de dezembro de 2019 (R\$5.787 em 31 de dezembro de 2018), de acordo com o quadro a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
		Reapresen -tado		Reapresen -tado
Passivo de arrendamento mercantil - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	<b>533</b>	431	<b>937</b>	507
De 1 a 5 anos	<b>1.663</b>	1.643	<b>2.936</b>	1.956
Mais de 5 anos	<b>2.725</b>	2.596	<b>4.794</b>	3.324
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<b>4.921</b>	4.670	<b>8.667</b>	5.787
Encargos futuros de financiamento	<b>5.466</b>	5.688	<b>8.007</b>	6.780
Valor futuro dos contratos de arrendamento mercantil	<b>10.387</b>	10.358	<b>16.674</b>	12.567

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota nº 29. A taxa de juros incremental da Companhia e suas subsidiárias na data da assinatura dos contratos foi 10,73% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (12,61% em 31 de dezembro de 2018).



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23.2 Movimentação obrigações de arrendamento mercantil

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>4.670</b>	<b>5.787</b>
Captação	123	807
Remensuração	533	838
Provisão de juros	530	862
Amortizações	(843)	(1.498)
Baixa por Antecipação do encerramento do contrato	(92)	(116)
Aquisição de Sociedade	-	1.817
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	33
Desconsolidação Via Varejo	-	137
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.921</b>	<b>8.667</b>
Passivo circulante	533	937
Passivo não circulante	4.388	7.730

  

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>4.331</b>	<b>5.267</b>
Captação	308	519
Remensuração	331	1.184
Provisão de juros	516	985
Variação cambial e monetária	-	1
Amortizações	(782)	(1.743)
Baixa por Antecipação do encerramento do contrato	(34)	(80)
Passivos relacionados aos ativos mantidos à venda e operações descontinuadas	-	(346)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>4.670</b>	<b>5.787</b>
Passivo circulante	431	507
Passivo não circulante	4.239	5.280

### 23.3 Despesa de arrendamento de alugueis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>Despesas (receitas) do período:</b>	Reapresentado		Reapresentado	
Variáveis (0,1% a 4,5% das vendas)	10	11	34	31
Subarrendamentos (*)	(210)	(180)	(230)	(191)

(\*) Refere-se, principalmente, a receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Receitas a apropriar

As receitas a apropriar são registradas pela Companhia e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso (*back lights*) para exposição de produtos dos fornecedores, são reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias para os parceiros comerciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Compromisso de venda futura de imóveis	10	16	10	16
Garantias complementares ou estendidas	16	19	16	19
Contrato de permuta	-	-	-	-
Contrato de prestação de serviço – <i>Allpark</i>	9	11	9	11
Receita com operadoras de cartão de crédito e bancos	42	44	84	44
<i>Back lights</i>	-	-	142	134
Cartão Presente	6	8	99	8
Outros	1	1	31	31
	84	99	391	263
Circulante	60	89	365	250
Não circulante	24	10	26	13

### 25. Patrimônio líquido

#### a. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Conforme mencionado na nota 1.2, as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias e m virtude do processo de migração para o novo mercado.

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019, é representado por 267.997 (266.845 em 31 de dezembro de 2018) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 em milhares de ações ordinárias (99.680 em 31 de dezembro de 2018) e 168.317 em milhares de ações preferenciais (167.165 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 20 de fevereiro de 2019, 07 de maio de 2019, 24 de junho de 2019, 24 de julho de 2019, 29 de outubro de 2019 e 10 de dezembro de 2019 foram aprovados os aumentos de capital no montante de R\$32 (R\$3 em 31 de dezembro de 2018) mediante a emissão de 1.152 mil de ações preferenciais (265 mil de ações preferenciais em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019 o capital social é de R\$ 6.857 (R\$ 6.825 em 31 de dezembro de 2018).

#### b. Direitos das ações

As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo, para fins de cálculo do respectivo valor, o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) anterior.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio líquido, e permanece registrada como ações em tesouraria, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no patrimônio líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia.

## c. Reservas de lucros

- (i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.
- (ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

## d. Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica “Opções outorgadas” são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10(R1)/ (IFRS 2) – Pagamentos com base em Ações.

Os empregados e administradores da Companhia (incluindo suas subsidiárias) podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou reversões de despesas referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2019.

## Plano de remuneração

O Plano de remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B4, B5 e B6 do Plano de remuneração.

As opções concedidas a um participante substancialmente não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

O participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de aquisição das ações, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de remuneração.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Plano de opção

O Plano de opção será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Remuneração da Companhia as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de opção ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C4, C5 e C6 do Plano de opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano da remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de opção e Plano de remuneração estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga	31.12.2019				
				Quantidade de opções (em milhares)				
				Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Expiradas	Vigentes
Série B3	30/05/2016	30/05/2019	0,01	823	(658)	(77)	(88)	-
Série C3	30/05/2016	30/05/2019	37,21	823	(640)	(110)	(73)	-
Série B4	31/05/2017	31/05/2020	0,01	537	(211)	(54)	-	272
Série C4	31/05/2017	31/05/2020	56,78	537	(209)	(55)	-	273
Série B3 - Tranche2	27/04/2018	30/05/2019	0,01	95	(95)	-	-	-
Série C3 - Tranche2	27/04/2018	30/05/2019	56,83	95	(95)	-	-	-
Série B5	31/05/2018	31/05/2021	0,01	594	(116)	(37)	-	441
Série C5	31/05/2018	31/05/2021	62,61	594	(115)	(38)	-	441
Série B6	31/05/2019	31/05/2022	0,01	434	(3)	(17)	-	414
Série C6	31/05/2019	31/05/2022	70,62	331	(2)	(17)	-	312
				4.863	(2.144)	(405)	(161)	2.153

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações – GPA

A Companhia instituiu dois planos de opção de compra de ações preferenciais em 2019, sendo séries B6 e C6.

Conforme os termos dos planos das séries, inclusive séries B6 e C6, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação preferencial da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, inclusive séries B6 e C6, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 0,7% do total das ações de emissão da Companhia. Para este plano foram outorgados 765 mil opções de ações.

Em 31 de dezembro de 2019, havia 233 mil ações preferenciais em tesouraria, que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano, e o valor da ação preferencial da Companhia na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão era de R\$87,65 para cada ação.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 2019 de todas as opções outorgadas:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Quantidade de ações total	<b>267.997</b>	266.845
Saldo das séries outorgadas em vigor	<b>2.153</b>	2.755
Percentual máximo de diluição	<b>0,80%</b>	1,03%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B4 e C4: (a) expectativa de dividendos de 0,57%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 35,19% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,28% e 10,07%; período de vesting de 18 a 36 meses.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B5 e C5: (a) expectativa de dividendos de 0,41%, (b) expectativa de volatilidade de 36,52% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 9,29%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B6 e C6: (a) expectativa de dividendos de 0,67%, (b) expectativa de volatilidade de 32,74% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,32%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2019 é de 1,50 (1,25 anos em 31 de dezembro de 2018). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$56,41 (R\$45,24 em 31 de dezembro de 2018).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Ações</b>	<b>Média ponderada do preço de exercício</b>	<b>Média ponderada do prazo contratual remanescente</b>
	<b>Em milhares</b>	<b>R\$</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>			
Outorgadas durante o exercício	1.378	30,91	
Canceladas durante o exercício	(229)	38,64	
Exercidas durante o exercício	(697)	31,96	
Expiradas durante o exercício	(236)	68,62	
Em aberto no fim do exercício	2.755	26,03	1,37
Total a exercer em 31 de dezembro de 2018	2.755	26,03	1,37
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>			
Outorgadas durante o exercício	765	30,55	
Canceladas durante o exercício	(126)	31,75	
Exercidas durante o exercício	(1.080)	21,55	
Expiradas durante o exercício	(161)	16,74	
Em aberto no fim do exercício	2.153	30,25	1,50
Total a exercer em 31 de dezembro de 2019	2.153	30,25	1,50

Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$27 (R\$20 em 31 de dezembro de 2018).

### 25.1 Outros resultados abrangentes

#### Variação cambial de investimento no exterior

Efeito cumulativo dos ganhos e perdas de variações cambiais na conversão dos ativos, passivos e resultados de euros para Reais, correspondendo ao investimento da CBD na subsidiária Cnova N.V e de pesos colombianos para Reais, correspondendo ao investimento da Sendas na subsidiária Éxito. O efeito na controladora foi de R\$151 (R\$26 em 31 de dezembro de 2018).

### 25.2 Reserva de subvenção

Em 29 de junho de 2018 a administração deliberou a destinação de R\$48 para a reserva de incentivos fiscais inicialmente destinados a reserva de expansão decorrente de incentivos fiscais tratados como subvenções para investimentos outorgados a Companhia nos anos de 2013 a 2017. Em dezembro de 2018 a Companhia destinou mais R\$10 para reserva de incentivos fiscais a serem aprovados em Assembleia Geral Extraordinária.

### 25.3 Dividendos e Juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, podendo ser superior conforme deliberação do Conselho.

A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observadas as taxas e os limites definidos em lei.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 25 de março de 2019 foi aprovado o JCP relativo ao lucro de 2018 no valor de R\$192 sendo R\$ 0,747146155 por ação preferencial e R\$ 0,67922378 por ação ordinária, pagos em 27 de maio de 2019. Referente ao exercício 2019 o Conselho de Administração da Companhia aprovou antecipações de distribuição de juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R\$37, conforme detalhado abaixo:

Em 24 de junho de 2019 foi aprovado o valor de R\$37 sendo R\$ 0,142512451 por ação preferencial e R\$ 0,129556774 por ação ordinária, pagos em 16 de agosto de 2019.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, calculados conforme demonstrado abaixo, considerando antecipações de juros sobre capital próprio aos seus acionistas no valor líquido de R\$32, realizada no exercício de 2019.

	<b>Dividendos propostos</b>	
	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
	Reapresentado	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>790</b>	1.149
Reserva legal	(39)	(60)
Reserva de incentivos fiscais	-	(10)
Base de cálculo dos dividendos	<b>751</b>	1.079
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<b>188</b>	270
Dividendos adicionais	-	11
Juros sobre capital próprio intermediários pagos	<b>(32)</b>	(225)
Dividendos mínimos obrigatórios	<b>156</b>	56

### 26. Receita de venda de bens e/ou serviços

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

#### Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis, o que ocorre substancialmente na entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de performance da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

#### Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia e suas subsidiárias nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e suas subsidiárias e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Receita bruta de vendas:				
Mercadorias	27.795	28.416	61.176	53.643
Prestação de serviços e outros	415	413	641	456
Devoluções e cancelamento de vendas	(204)	(435)	(273)	(484)
	28.006	28.394	61.544	53.615
Impostos sobre vendas	(2.199)	(2.197)	(4.909)	(4.227)
Receita líquida	25.807	26.197	56.635	49.388

### 27. Despesas por natureza

#### Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e das Acordos Comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística.

A Acordo Comercial recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas subsidiárias, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

#### Despesas com vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, etc.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de Acordo Comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

#### Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Custo com estoques	(17.828)	(17.548)	(42.688)	(36.239)
Despesas com pessoal	(3.363)	(3.429)	(5.332)	(4.846)
Serviços de terceiros	(413)	(484)	(636)	(636)
Despesas funcionais	(1.230)	(1.077)	(1.904)	(1.536)
Despesas comerciais	(976)	(999)	(1.481)	(1.334)
Outras despesas	(485)	(636)	(758)	(790)
	(24.295)	(24.173)	(52.799)	(45.381)
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(19.062)	(18.795)	(44.445)	(37.779)
Despesas com vendas	(4.492)	(4.618)	(7.431)	(6.553)
Despesas gerais e administrativas	(741)	(760)	(923)	(1.049)
	(24.295)	(24.173)	(52.799)	(45.381)

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Outras despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
	Reapresentado		Reapresentado	
Parcelamento de impostos e contingências tributárias	(123)	(217)	(211)	(181)
Gastos com integração e reestruturação (*)	(167)	(138)	(292)	(147)
Resultado com ativo imobilizado (**)	60	179	44	125
<b>Total</b>	<b>(230)</b>	<b>(176)</b>	<b>(459)</b>	<b>(203)</b>

(\*) valores relacionados a gastos de reestruturação nas operações brasileiras e gastos no processo de aquisição do Grupo Éxito.

(\*\*) contempla o resultado de *sale lease back* de R\$35 na controladora e R\$45 no consolidado em 2019 (R\$201 em 2018).

### 29. Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
	Reapresentado		Reapresentado	
<b>Despesas financeiras:</b>				
Custo da dívida	(323)	(325)	(584)	(368)
Custo com antecipação de recebíveis	(100)	(114)	(136)	(155)
Atualizações monetárias passivas	(88)	(88)	(157)	(78)
Juros sobre passivo de arrendamento	(509)	(498)	(666)	(609)
Outras despesas financeiras	(78)	(58)	(112)	(82)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(1.098)</b>	<b>(1.083)</b>	<b>(1.655)</b>	<b>(1.292)</b>
<b>Receitas financeiras:</b>				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	66	22	168	26
Atualizações monetárias ativas	70	132	270	194
Outras receitas financeiras	7	8	11	11
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>143</b>	<b>162</b>	<b>449</b>	<b>231</b>
<b>Total</b>	<b>(955)</b>	<b>(921)</b>	<b>(1.206)</b>	<b>(1.061)</b>

Os efeitos do *hedge* são contabilizados na rubrica “Custo da dívida” e estão divulgados na nota nº19.

O efeito da hiperinflação da subsidiária indireta Libertad na Argentina é de R\$1 e está na rubrica “Atualizações monetárias passivas”.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 30. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- Numerador: lucro do exercício ajustado pelos efeitos dilutivos de opções concedidas por subsidiárias.
- Denominador: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia e de suas subsidiárias somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

Conforme mencionado na nota 1.2, o processo de migração para o novo mercado foi concluído e por isso a Companhia passou a apresentar o lucro por ação considerando uma única classe de ações para 2019 e 2018.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2019	31.12.2018
	Ordinárias	Ordinárias
		Reapresentado
<b>Numerador básico</b>		
Lucro básico alocado e não distribuído op. Continuadas	478	1.156
Lucro básico alocado e não distribuído op. descontinuadas	312	(7)
Lucro líquido alocado disponível para acionistas	790	1.149
<b>Denominador básico (milhões de ações)</b>		
Média ponderada da quantidade de ações	267	267
Lucro básico por milhões de ações (R\$) - operações continuadas	1,78980	4,33836
Lucro básico por milhões de ações (R\$) - operações descontinuadas	1,16824	(0,02627)
Lucro básico por milhões de ações (R\$) - total	2,95804	4,31209
<b>Numerador diluído</b>		
Lucro diluído alocado e não distribuído op. continuadas	478	1.156
Lucro diluído alocado e não distribuído op. descontinuadas	312	(7)
Lucro líquido alocado disponível para acionistas	790	1.149
<b>Denominador diluído</b>		
Média ponderada da quantidade de ações (milhões)	267	267
Opções de compra de ações	1	1
Média ponderada diluída das ações (milhões)	268	268
Lucro diluído por milhões de ações (R\$) - operações continuadas	1,78696	4,31977
Lucro diluído por milhões de ações (R\$) - operações descontinuadas	1,16657	(0,02627)
Lucro diluído por milhões de ações (R\$) – total	2,95353	4,29350

# Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 31. Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos:

- Varejo - inclui as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Supermercado”/ “Mercado Extra”, “Minimercado Extra”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Comprebem”, “Posto Extra”, “Drogaria Extra” e “GPA Malls”.
- Atacado de autoserviços - inclui a bandeira “ASSAÍ”.
- Grupo Éxito – inclui a companhia Éxito (Colômbia) e suas controladas Libertad (Argentina) e Disco (Uruguai). O Éxito também opera as marcas Surtimax, Super Inter, e Carulla, consequência da aquisição do Éxito em Novembro de 2019 (nota nº13).

Os segmentos eletroeletrônico e comércio eletrônico foram vendidos e estão apresentados como Operações Descontinuadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Os outros negócios são compostos pelo resultado de James, Cheftime, Stix e Cnova N.V.. Ambos segmentos são mantidos nesta nota explicativa para fins de reconciliação com as demonstrações financeiras consolidadas.

As eliminações do resultado e do balanço são apresentadas dentro do próprio segmento.

As debêntures para a aquisição do Éxito e os juros sobre elas foram considerados no Grupo Éxito, bem como outras despesas relacionadas à aquisição.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 20 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes dos segmentos. Dessa maneira, consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos, utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, e o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais.

As informações dos segmentos da Companhia em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas no quadro a seguir:

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Descrição	Varejo		Atacado de autosserviços		Grupo Óxito		Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas		Outros negócios		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
	Reapresentado		Reapresentado				Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado	
Receita líquida de vendas	26.654	26.490	27.797	22.898	2.151	-	-	-	33	-	56.635	49.388
Lucro bruto	7.005	7.444	4.578	4.165	608	-	-	-	(1)	-	12.190	11.609
Depreciação e amortização	(967)	(892)	(386)	(310)	(59)	-	-	-	(1)	-	(1.413)	(1.202)
Equivalência patrimonial	107	79	-	-	(6)	-	-	-	(99)	(51)	2	28
Lucro operacional	574	1.035	1.526	1.646	21	-	-	-	(155)	(51)	1.966	2.630
Resultado financeiro líquido	(815)	(903)	(184)	(158)	(208)	-	-	-	1	-	(1.206)	(1.061)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	(241)	132	1.342	1.488	(187)	-	-	-	(154)	(51)	760	1.569
IR e CSLL	121	42	(439)	(455)	44	-	-	-	2	-	(272)	(413)
Prejuízo (lucro) de op. continuadas	(120)	174	903	1.033	(143)	-	-	-	(152)	(51)	488	1.156
Prejuízo (lucro) de op. descontinuadas	312	(73)	-	-	-	-	36	201	-	-	348	128
Prejuízo (lucro) líquido do exercício	192	101	903	1.033	(143)	-	36	201	(152)	(51)	836	1.284
Ativo circulante	8.002	7.529	5.292	4.176	6.664	-	-	29.144	10	-	19.968	40.849
Ativo não circulante	15.568	15.138	7.475	6.001	15.438	-	-	-	26	-	38.507	21.139
Passivo circulante	11.557	8.358	4.317	5.296	7.252	-	-	23.933	9	-	23.135	37.587
Passivo não circulante	9.810	9.834	2.295	1.408	9.686	-	-	-	1	-	21.792	11.242
Patrimônio líquido	2.203	4.475	6.155	3.473	5.164	-	-	5.211	26	-	13.548	13.159

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Informações gerais da Companhia

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita líquida total por região geográfica é apresentada a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Brasil</b>	<b>54.484</b>	<b>49.388</b>
Assaí	27.797	22.899
Extra / Compre Bem	15.624	15.792
Pão de Açúcar	6.768	6.860
Proximidade	1.273	1.182
Postos / Drogarias / Delivery	2.971	2.655
Outros negócios	34	-
<b>Grupo Êxito (*)</b>	<b>2.151</b>	<b>-</b>
<b>Total de vendas líquidas</b>	<b>56.635</b>	<b>49.388</b>

(\*) Inclui vendas na Colômbia de R\$ 1.694, no Uruguai de R\$ 350 e na Argentina de R\$ 107.

### 32. Transações não caixa

Durante 2019 e 2018 a Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e portanto não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Compras de imobilizado que ainda não foram pagos: na nota nº15.3;
- Compras de ativo intangível que ainda não foram pagos: na nota nº16.3;
- Imposto de renda diferido na nota nº21;
- Provisionamento de novas demandas judiciais na nota nº22;

### 33. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas

#### 33.1 Ativos circulantes mantidos para venda

Ativos não-circulantes e grupos de ativos são classificados como mantido para venda se o valor contábil será recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas de tais ativos e sua venda é altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda, o prazo estimado para que a venda seja completada deve estar dentro de um ano.

Quando a Companhia está comprometida para um plano de venda envolvendo a perda de controle de uma subsidiária, todos os ativos e passivos desta subsidiária são classificados como mantidos para venda quando o critério acima é atingido, independente se a Companhia reterá participação como não-controladora em sua antiga subsidiária após a venda. Adicionalmente, o resultado líquido da entidade avaliada como mantida para venda são reclassificados como operação descontinuada em uma única linha do resultado.

Após completada a venda, a Companhia considera qualquer participação remanescente na associada, ou entidade sobre controle conjunto, de acordo com o IAS 39, a menos que a parcela retida pela Companhia faça com que a empresa continue a ser uma associada, ou entidade sob controle conjunto, que neste caso a Companhia utiliza a equivalência patrimonial.

Ativos não-circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado menos custo de venda.

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Controladora</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
		Reapresentado
Reclassificação de investimento para ativo mantido para venda (nota nº12.2)	-	1.855
Reclassificação de ágio para ativo mantido para venda (nota nº16)	-	179
Imóveis/terrenos da controladora disponíveis para venda	<b>171</b>	<b>30</b>
<b>Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas</b>	<b>171</b>	<b>2.064</b>

<b>Consolidado</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
	Reapresentado	Reapresentado
Ativos das operações descontinuadas	-	28.988
Imóveis/terrenos da controladora disponíveis para venda	<b>171</b>	<b>30</b>
Empreendimentos imobiliários Êxito	<b>52</b>	-
<b>Total</b>	<b>223</b>	<b>29.018</b>
Passivos das operações descontinuadas	-	23.875
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>23.875</b>

A Companhia celebrou um contrato de compra e venda de um terreno em 29 de setembro de 2018 pelo montante de R\$115, cuja venda não foi reconhecida nos termos do IFRS 15 devido às características contratuais de pagamento de longo prazo e transferência de título legal em data futura a ser definida pelo comprador.

Conforme divulgado nas notas nº 2 e 12.3, em 14 de junho de 2019, foi concluído o processo de venda da Via Varejo S.A. ("VV"), data em que o controle da subsidiária passou a ser exercido pelos seus novos controladores.

Seguem abaixo o balanço patrimonial e demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa resumidos da Via Varejo antes das eliminações, incluindo efeitos da alocação do preço de compra nas aquisições de Globex e Casa Bahia:

### Balanço Patrimonial (\*):

	<b>31.05.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>Ativo</b>		Reapresentado
<b>Circulante</b>		
Total do ativo circulante	<b>9.871</b>	<b>13.412</b>
<b>Não Circulante</b>		
Total do ativo não circulante	<b>16.266</b>	<b>15.732</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>26.137</b>	<b>29.144</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Total do passivo circulante	<b>13.484</b>	<b>15.733</b>
<b>Não circulante</b>		
Total do passivo não circulante	<b>7.375</b>	<b>8.200</b>
Patrimônio Líquido	<b>5.278</b>	<b>5.211</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>26.137</b>	<b>29.144</b>

(\*) Antes das eliminações de saldos de partes relacionadas com GPA

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxos de Caixa:	31.05.2019	31.12.2018
		Reapresentado
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(2.640)	1.609
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(234)	(590)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(651)	(867)
<b>Variação de caixa no período</b>	<b>(3.525)</b>	<b>152</b>

### Demonstração do resultado:

A composição do lucro das operações descontinuadas apresentado nas demonstrações consolidadas do resultado da Companhia é a seguinte:

	31.05.2019	31.12.2018
		Reapresentado
Receita Operacional Líquida	10.527	26.928
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	169	341
Imposto de renda e contribuição social	(119)	(101)
Lucro do período	50	240
Outros resultados das operações descontinuadas	(100)	(112)
Ganho na venda das operações descontinuadas (nota nº12.3)	398	-
Lucro das operações descontinuadas apresentado nas demonstrações consolidadas do resultado da Companhia	348	128
Atribuível:		
Acionistas controladores da Companhia	312	(7)
Participação dos acionistas não controladores	36	135

Adicionalmente, foi efetuada uma reclassificação de custos incorridos na Controladora principalmente relacionada a custos indenizatórios de contingências oriundas de períodos anteriores à aquisição, pagos a Via Varejo. Nos termos do IFRS 5, tais custos foram reclassificados para atividades descontinuadas no montante de R\$87 em 31 de dezembro de 2019 (R\$91 em 31 de dezembro de 2018).

### 34. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2019, pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da Cobertura	
		Controladora	Consolidado
Imobilizado e estoques	Riscos operacionais	16.328	26.120
Lucro	Lucros cessantes	7.630	12.306
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	315	378

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil geral no valor de R\$ 100, responsabilidade civil administradores no valor de R\$ 134, coberturas de risco de proteção e fraudes (Crime) no valor de R\$ 44 e risco de proteção de danos e responsabilidade Cibernética (Cyber) no valor de R\$ 37. Totalizando o valor de cobertura R\$ 315.

(\*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.



# Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 35. Eventos subsequentes

### 35.1 Emissão de debêntures

Em 6 de janeiro de 2020, ocorreu a 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com valor total de R\$2 bilhões com vencimentos em até 3 anos. Os recursos serão utilizados para reforço do capital de giro e alongamento do perfil de endividamento. Os juros serão pagos semestralmente. As debêntures terão remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 1,45% ao ano.

### 35.2 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 9 de janeiro de 2020, Sendas contratou um empréstimo em dólar no valor de U\$50, cujo vencimento ocorre em 11 de janeiro de 2021 e com pagamento de juros a cada 7 meses.

### 35.3 Empréstimos em moeda nacional

Em 24 de abril de 2020, Sendas e CBD contrataram empréstimos de R\$250 cada, totalizando R\$500. O contrato tem vencimento em 25 de abril de 2022 com pagamento de juros anual.

Em 29 de maio de 2020, CBD contratou um empréstimo de R\$500, cujo vencimento ocorre em 30 de maio de 2022 com pagamento de juros trimestrais.

Em 29 de junho de 2020, Sendas contratou um empréstimo de R\$150, cujo vencimento ocorre em 20 de junho de 2022 com pagamento de juros semestrais.

Em 1 de julho de 2020, CBD contratou um empréstimo de R\$400, cujo vencimento ocorre em 21 de junho de 2022 com pagamento de juros semestrais.

### 35.4 Distribuição de dividendos

A Companhia em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 23 de abril de 2020, aprovou a distribuição de dividendos referente ao período compreendido entre 1º de abril de 2019 a 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$156. Esse valor corresponde a R\$ 0,582024107 por ação ordinária e foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2019. O referido pagamento foi efetuado em 15 de junho de 2020.

### 35.5 Recebimento de dividendos Êxito

Em abril de 2020, Sendas recebeu de Êxito aproximadamente R\$1,2 bilhão de dividendos que serão integralmente destinados à amortização da dívida de aquisição do Êxito.

### 35.6 Sale and Leaseback

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia assinou um contrato de venda de 6 propriedades (lojas do Pão de Açúcar) na modalidade de Sale and Leaseback para a Rio Bravo Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários Ltda. por um valor total de R\$92, dos quais R\$91 foram recebidos. Em 30 de setembro de 2020 a Companhia concluiu a venda de 5 das 6. As partes firmaram contrato de locação com prazo de 10 anos para essas 5 lojas, renováveis pelo mesmo período, assegurando a continuidade das operações do GPA nos imóveis com condições financeiras sustentáveis.

Em 5 de março de 2020 a Companhia celebrou transação de Sale and Leaseback com fundos de investimento administrados pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e geridos pela TRX Gestora de Recursos Ltda., mediante a assinatura de "Instrumento Particular de

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e de Instituição de Direito Real de Superfície". O Instrumento previa inicialmente a venda de 43 imóveis da Companhia em várias tranches pelo valor total de R\$ 1.246.

- Em 29 de maio de 2020 a Companhia concluiu a venda de 5 desses imóveis
- Em 29 de junho de 2020 a Companhia concluiu a venda de mais 7 imóveis
- Em 22 de julho a Companhia concluiu a venda de mais 16 imóveis
- Em 30 de julho de 2020 a Companhia concluiu a venda das 11 propriedades remanescentes, cuja transferência foi concluída em 28 de agosto de 2020.

Com isso, o GPA concluiu a venda de 39 imóveis por um valor total de R\$1.183, dos quais R\$1.179 já foram recebidos. Do total previsto inicialmente, 4 propriedades com valores não relevantes diante do volume total, não foram vendidas. As partes celebraram contratos de locação para cada um dos Imóveis, com prazo de 15 anos, renováveis por igual período.

### 35.7 Efeitos do COVID-19 sobre as demonstrações financeiras

A Companhia vem monitorando o progresso do COVID-19 (Coronavírus) e seu impacto nas suas operações. Várias ações foram tomadas pela administração, dentre as quais destacamos a criação de um comitê de crise formado pela alta administração, que toma decisões em linha com o recomendado pelo Ministério da Saúde, autoridades locais e associações profissionais. A Companhia tem adotado todas as medidas possíveis para mitigar a transmissão do vírus nas lojas, centros de distribuição e escritórios, como: higienização frequente, itens de segurança/proteção dos colaboradores, flexibilização das jornadas, adoção de teletrabalho, entre outras decisões.

Desde o início do surto do COVID-19 nossas lojas permaneceram abertas, além de evolução importante dos nossos formatos de e-commerce. A Companhia tem importante compromisso com a sociedade de continuar levando os produtos para os nossos consumidores. Não tivemos problemas no fornecimento das indústrias que continuaram a abastecer nossos centros de distribuição e lojas. Em 10 de março de 2020, a CVM emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 02/2020, orientando as Companhias Abertas a avaliarem de maneira cuidadosa os impactos do COVID-19 em seus negócios e divulgarem nas informações trimestrais os principais riscos e incertezas advindos desta análise, observando as normas contábeis aplicáveis.

Nesse sentido, a Companhia efetuou uma análise nas informações trimestrais em 30 de setembro de 2020, além de atualizar as análises sobre a continuidade operacional da Companhia. Os principais temas avaliados foram:

- Avaliamos a realização dos saldos de contas a receber de operadoras de cartão de crédito, de clientes, de galerias em nossas lojas, de aluguéis de imóveis e entendemos que não há neste momento necessidade de registro de provisões adicionais aquelas já registradas;
- Quanto aos estoques não prevemos necessidade de ajuste para realização;
- Instrumentos financeiros já refletem as premissas de mercado em sua valorização, e não há exposições adicionais não divulgadas. A Companhia não está exposta em financiamentos significativos em dólares americanos;
- A Companhia revisitou seus orçamentos no período findo em 30 junho de 2020, utilizados para a estimativa do cálculo de recuperação de ativos de lojas e ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2019, e não foram observados decréscimos relevantes nas receitas, e demais linhas da demonstração do resultado, que evidenciem situações de perda dos valores recuperáveis de tais ativos. Em virtude da incerteza quanto ao final da pandemia e suas consequências macroeconômicas, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável para alguns de seus ativos e, conseqüentemente, revisitou o teste de

## Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recuperação de ativos em 30 de junho de 2020. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela Alta Administração para os próximos três anos, considerando as premissas atualizadas para 30 de junho de 2020. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,1% em 30 de junho de 2020 (8,4% em 31 de dezembro de 2019), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 3,9% em 30 de junho de 2020 (4,8% em 31 de dezembro de 2019). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos. Da mesma forma, em relação ao Grupo Êxito foram revisitadas e atualizadas as projeções utilizadas para os testes de recuperação de intangíveis em 30 de junho de 2020 e não foi identificada necessidade de registrar provisão para impairment; Não houve novos elementos no trimestre findo em 30 de setembro de 2020 que denotassem a necessidade da Companhia revisar o teste de recuperação de ativos.

- A Companhia não prevê, até o momento, necessidades adicionais de obtenção de financiamento.

Em resumo, de acordo com as estimativas da administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há impactos relevantes que devessem ser registrados nas demonstrações financeiras e tampouco há efeitos na sua continuidade operacional e/ou nas estimativas da Companhia que justificassem mudanças ou registros de provisões, além daquelas já divulgadas. A Companhia continuará com o monitoramento e avaliando os impactos e se necessário, fará as devidas divulgações.

### 35.8 Estudo para cisão parcial da Companhia

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de setembro de 2020 foi autorizado o início dos estudos para a segregação da Companhia e de sua subsidiária integral Sendas Distribuidora (Potencial Transação). A cisão será precedida da transferência da participação acionária atualmente detida por Sendas em Êxito para o CBD. O propósito da Potencial Transação é liberar o pleno potencial dos negócios de *cash & carry* (atacarejo) e varejo tradicional da Companhia, permitindo que operem de forma autônoma, com administração separada, foco no modelo de negócio e oportunidades de mercado. Adicionalmente, a Potencial Transação permitirá acesso direto ao mercado de capitais e a outras fontes de financiamento a cada um dos negócios. Com a implementação da Potencial Transação, as ações de emissão da Sendas detidas pela Companhia serão distribuídas aos acionistas da Companhia, na exata proporção das participações por eles detidas no capital social da Companhia. A referida distribuição ocorrerá após a obtenção, pela Sendas, da listagem das ações de sua emissão no segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, cujo o pedido de registro ocorreu no dia 7 de outubro de 2020, juntamente com a listagem de ADRs representando ações da Sendas na New York Stock Exchange (NYSE).

### 35.9 Julgamentos STF – INSS e IPI

Em 21 de agosto de 2020 houve julgamento no Supremo Tribunal Federal – STF concluindo que é constitucional a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) na saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno. Da mesma forma, em 28 de agosto de 2020, o STF, em repercussão geral, reconheceu ser constitucional a incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço constitucional de férias. A Companhia vem acompanhando o desenvolvendo destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não requerem que seja feita provisão.